

Pedra & Cal

Revista do Grémio das Empresas
de Conservação e Restauro
do Património Arquitectónico

MUSEU CALOUSTE GULBENKIAN

Ano III - N.º 12, Outubro/Novembro/Dezembro 2011 - Preço: 9,00€ (IVA incluído)



Intervenções em Museus

Tema de Capa:

INTERVENÇÕES EM MUSEUS

Ficha Técnica

Pedra & Cal

Reconhecida pelo Ministério da Cultura como "publicação de manifesto interesse cultural", ao abrigo da Lei do Mecenato.

Nº12 - Outubro/Novembro/Dezembro 2001

Propriedade e edição:

GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

Rua Pedro Nunes, 27 - 1ª Esqª

1050 - 170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

<http://www.gecorpa.pt>

E-mail: info@gecorpa.pt

Nipc: 503980820

Director: Vítor Córias e Silva

Coordenadora: Alexandra Antunes e Adrião

Conselho Redactorial: João Appleton, João Mascarenhas Mateus, José Aguiar, Teresa Campos Coelho

Secretariado: Elsa Fonseca

Colaboram neste número:

Adília Alarcão, Alexandra Antunes e Adrião, Conceição Pinto, Emília Palma, Gonçalo Byrne, João Carlos Brigola, João Castel-Branco Pereira, João Mascarenhas Mateus, José Maria Lobo de Carvalho, Maria de Vasconcellos e Souza, Miguel Brito Correia, Nuno Teotónio Pereira, Paulo B. Lourenço, Paulo Pereira, Teresa Campos Coelho

Design gráfico e Produção:

Aldeia Gráfica - Serviços Gráficos Integrados, Ld.ª

Rua Morais Soares, 91 - 2ª Dir.ª

1900-342 Lisboa

Tel.: 218 162 249, Fax: 218 162 315

E-mail: pedraecal@aldeiagrafica.pt

Publicidade:

Aldeia Gráfica - Departamento de Meios

Sónia Gomes - sonia_gomes@aldeiagrafica.pt

Tel.: 218 162 249

Pré-impressão: CroMout, Ld.ª

Impressão: IMPRESSE 4

Distribuição:

Aldeia Gráfica - Serviços Gráficos Integrados, Ld.ª

Depósito legal: 128444/98

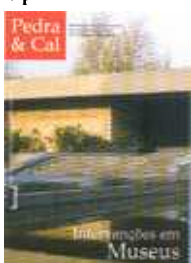
Registo na DGCS: 122548

Tiragem: 2000 exemplares

Periodicidade: Trimestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Capa



Museu Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

3
EDITORIAL

5
CORREIO DOS LEITORES

6
REPORTAGEM
Revisitar o Museu Calouste Gulbenkian
(João Castel-Branco Pereira)

10
REPORTAGEM
A nova vida do Museu Municipal de Faro
(Conceição Pinto)



14
CASO DE ESTUDO
Museu Nacional de Machado de Castro:
Dificuldades e opções
de um novo programa
(Adília Alarcão)

16
CASO DE ESTUDO
Museu Nacional de Machado de Castro:
Extractos da Memória do Concurso
(Gonçalo Byrne)

20
ENTREVISTA
Gaël de Guichen: Um balanço
sobre a Conservação Preventiva
(por João Mascarenhas Mateus)

24
OPINIÃO
O Património edificado.
Musealização e Interpretação.
(Paulo Pereira)



29
ESCOLAS E FORMAÇÃO
O Ensino Universitário da Museologia
(João Carlos Brigola)

32
E-PEDRA & CAL
Sites sobre Museus
e colecções na Internet
(José Maria Lobo de Carvalho)

34
DIVULGAÇÃO
Porquê os Amigos dos Museus
(Maria de Vasconcellos e Souza)

35
PROJECTOS E ESTALEIROS
Conservação de um Troço de Muralha
Islâmica situado no interior de um
Edifício, em Tavira

37
AS LEIS DO PATRIMÓNIO
Evolução Histórica das Leis
do Património Arquitectónico
(Emília Palma)

38
ISTO TAMBÉM É PATRIMÓNIO
Museu Nacional Ferroviário
(por Alexandra Antunes e Adrião)



39
NOTÍCIAS

42
AGENDA

43
VIDA ASSOCIATIVA
Encontro "BAIXA POMBALINA:
QUE FUTURO?"

45
LIVRARIA

49
ASSOCIADOS GECORPA

52
PERSPECTIVAS
Edifícios Antigos na resposta
a novas exigências
(Nuno Teotónio Pereira)

Segundo o Inquérito a Museus e Núcleos Arqueológicos recentemente realizado no âmbito do protocolo estabelecido entre o Instituto Português de Museus e o Observatório das Actividades Culturais (associação formada por elementos do Ministério da Cultura, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e do Instituto Nacional de Estatística) são perto de sete centenas o número de museus existentes no nosso país,



quer sejam de propriedade estatal, municipal, particular ou da Igreja. Lugares da memória, sediados na sua esmagadora maioria em edifícios antigos de valor patrimonial (só a partir de meados do século passado se tornaria prática usual a construção de edifícios para fins museológicos), os museus desempenham um papel primordial no contacto das sociedades com essa mesma memória, não só pelos núcleos que encerram mas por constituírem, eles próprios, testemunhos históricos não menos importantes. Nesta perspectiva, as intervenções que possam sofrer, resultantes da necessidade de adaptação da sua morfologia a programas funcionais específicos, constituem intervenções patrimoniais de inegável valor.

Dos muitos exemplos que poderíamos divulgar, escolhemos para este número da revista três intervenções empreendidas por entidades diferentes : Museu Nacional de Machado de Castro em Coimbra (tutelado pelo I.P.M.), Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique em Faro (de propriedade municipal), e Museu Calouste Gulbenkian (pertencente à fundação homónima) sendo este último, dos exemplos por nós escolhidos, o único instalado em edifício construído especificamente para esse fim.

Com o número anterior fechou-se um ciclo de três anos de publicação da *Pedra & Cal*. A sua existência só foi possível graças ao trabalho voluntário do conselho de redacção e, em especial, de todos os colaboradores que asseguraram a qualidade da revista.

Lisboa, Dezembro de 2001

Teresa Campos Coelho

Salon du Patrimoine Culture

Já na sua 7.^a edição, o Salão do Património Cultural realizou-se no Carrousel do Louvre, em Paris, entre 8 e 11 de Novembro 2001. Tendo este ano como tema "O Património Militar", reuniu 220 expositores de diversas áreas relacionadas com a conservação, o restauro e a valorização do património móvel e imóvel. Qualquer visitante da cidade de Paris, na primeira quinzena de Novembro, facilmente dava conta do acontecimento, tal foi a campanha montada para publicitar este Salão.

Além de representações institucionais, de associações de defesa do património francesas e internacionais, de empresas ligadas à conservação e restauro, de editoras, de escolas e centros de formação, de associações profissionais, de empresas fornecedoras de materiais e de serviços, estiveram este ano, em virtude do tema, presentes também o Ministério da Defesa, alguns conselhos regionais de zonas onde se localizam importantes fortificações e até especialistas em armas antigas.

Embora a quase totalidade dos expositores fosse francesa, marcaram presença alguns estrangeiros entre os quais uma entidade portuguesa, a convite da organização do Salão: a Direc-

ção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Durante os quatro dias do Salão decorreram diversas conferências relacionadas com o tema. O Salão foi ainda palco de entrega de prémios, iniciativas de diversas instituições e até da realização de ateliers para crianças e jovens. Mas, acima de tudo, o Salão é a oportunidade do ano para os profissionais e potenciais clientes estabelecerem contactos, realizarem negócios e tomarem conhecimento de novos produtos e serviços. O Salão demonstra, em cada ano que passa, a crescente vitalidade das empresas do sector da conservação e restauro, tanto móvel como imóvel, e o crescente interesse do público (cerca de 20.000 visitantes / ano) pelo património e pelas formas de o preservar e valorizar.

A 8.^a edição já está agendada para 7 a 11 de Novembro 2002 e terá como tema "O Património Industrial".

Por criar oportunidades de negócio e também de divulgação, a organização de um Salão do Património Cultural seria interessante em Portugal.

*Miguel Brito Correia, Arquitecto,
Mestre em Conservação
do Património pela Universidade
de York, Inglaterra*

Exmo. Sr. Director

Foi com muito agrado que constatei, que a revista Pedra & Cal já se encontra à venda na Covilhã. Sou finalista de arquitectura e tinha tomado conhecimento da existência da Vossa revista através de um colega meu do Porto, que a havia comprado lá. Fiquei surpreendido quando a vi aqui na Covilhã. Dou-vos os parabéns pelo facto de conseguirem que a revista chegue a mais locais. Penso também que deveriam divulgar um pouco mais a sua existência, pois quase ninguém aqui a conhecia. Na minha opinião a revista tem qualidade e muito interesse, nomeadamente para nós que não temos contacto com muitos casos práticos.

Luis Ângelo (finalista de arquitectura)

A Pedra&Cal acolhe, com o maior prazer, as participações dos seus leitores.

A correspondência deverá ser dirigida a:

*Revista Pedra&Cal, Rua Pedro Nunes, 27 – 1.^o Esq.^o 1050-170 LISBOA
ou por e-mail: info@gecorpa.pt*

Revisitar o Museu Calouste Gulbenkian



Após a criação da Fundação Calouste Gulbenkian em 1956 uma das preocupações centrais do Presidente do Conselho de Administração, Dr. José de Azeredo Perdigão, foi a construção do museu para a colecção do financeiro Calouste Sarkis Gulbenkian que permanecia então, em grande parte, na sua residência da Avenida de Iéna em Paris.

entre a Antiguidade Egípcia e a Arte Nova, com uma organização por núcleos de disciplinas e zonas geográficas específicas, definindo-se assim um programa que cumpria a função estruturalmente pedagógica da instituição.

O projecto para o complexo da Fundação Calouste Gulbenkian, da autoria de Alberto Pessoa, Pedro Cid e Ruy d' Athougua, foi seleccionado em 1960, tendo-se inaugurado em 1969, aí se integrando uma ala autónoma constituída pelo Museu e a Biblioteca de Arte.

O complexo arquitectónico assenta num límpido pensamento moderno, com volumes baixos alongando-se na horizontal, evidenciando a estrutura construtiva de pilares e vigas de betão à vista dialogando com grandes superfícies envidraçadas, a que corresponde uma fluída articulação interior, quase orgânica, que se prolonga na relação próxima com a flora do jardim exterior, anteriormente existente mas redesenhado pelo arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles.

A relação do objecto construído com o espaço circundante é uma das marcas mais fortes desta arquitectura, na desigualdade desejada entre a área construída, evidentemente menor, e a vasta zona verde.

Esta interligação orgânica mantém-se no interior, entre os espaços construídos também com

evidência de sólidas estruturas de betão e planos de vidro, acabados com paredes de pedra e apainelamentos de madeiras e bronzes, e os espaços exteriores compostos com planos de água e relva, árvores frondosas e arbustos.

Tal preocupação estrutura o espaço do Museu, organizado em torno de dois jardins interiores simétricos: um, centro dos núcleos da Antiguidade Egípcia e Clássica, Arte Islâmica e Arte do Extremo Oriente; o outro, envolto pelos núcleos da Arte Europeia entre a Idade Média e o século XIX.

“O qualificado edifício construído de raiz, a equilibrada dimensão e variedade da colecção, a presença de grandes museólogos e a fluidez financeira foram elementos propiciatórios desta criação museológica...”

As soluções dos acabamentos das diferentes zonas adequavam-se com exemplar correcção aos conteúdos a musealizar: a omnipresença da pedra no primeiro grande centro do Museu, consagrado maioritariamente às Artes Decorativas do Oriente; os materiais mais intimistas como madeiras e têxteis para a Arte Europeia, permanecendo aqui a memória residual da atmosfera da residência do coleccionador, evidente numa compartimentação detalhada do espaço de exposição e reforçada pela grande concentração de objectos de Artes Decorativas. Com inteligência e sensibilidade definiram-se estimu-

“O complexo arquitectónico assenta num límpido pensamento moderno...”

A memória da distribuição das peças da colecção neste espaço permaneceu no programa museológico, ao se dar idêntico estatuto às Artes ditas Maiores e as Artes Decorativas, intenção subjacente às escolhas do coleccionador cujos critérios se pautavam pela escolha do mais perfeito objecto das diferentes expressões artísticas que lhe interessaram.

Enquanto Museu, organizou-se a colecção com preocupações de delineamento histórico e áreas artísticas, através de um longo ciclo temporal,



Fachada do Museu Calouste Gulbenkian.

“Após trinta anos de abertura (...) tornou-se premente responder a imediatos problemas funcionais...”

lantes diálogos entre espaços e objectos: o intimismo do núcleo do Egipto certo com a dimensão das peças, a sumptuosa amplidão dedicada à Arte Islâmica tirando partido da sucessão de tapetes, com contraponto na movimentada densidade da zona das Artes Decorativas francesas que, cotejando a linearidade cronológica da apresentação da Pintura, não perturba mas antes lhe reforça o sentido.

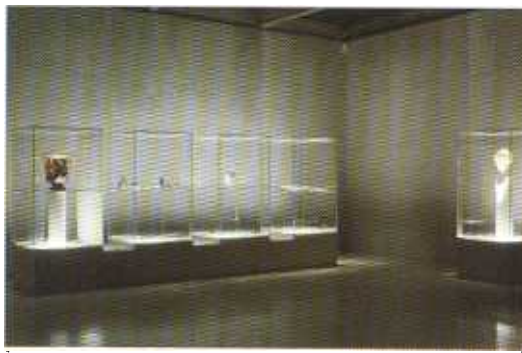
Outra intencionalidade se encontra no fechamento do espaço de exposição criado para a Ourivesaria francesa do século XVIII, atribuindo-lhe o sentido precioso de tesouro que se reencontra na pequena sala onde se concentra outro núcleo de ourivesaria, o raro conjunto de peças de René Lalique.

Não sem intenção, marcando dois momentos fortes no percurso, ambos perante grandes vidros que se abrem para os jardins interiores, se dispõe a um lado, o sumptuoso conjunto de lâmpadas de mesquita, e em posição simétrica, o emblemático mármore de Houdon figurando Diana.

O qualificado edifício construído de raiz, a equilibrada dimensão e variedade da colecção, a presença de grandes museólogos e a fluidez financeira foram elementos propiciatórios desta criação museológica, especialmente atenta à relação certa, funcional e

simbólica, entre os espaços e os objectos que os habitam.

Contudo, para alguns, a memória desta museografia fixou-se, não na distribuição espacial mas na sua pormenorização, definitivamente ligada aos imensos cortinados de seda que resolviam problemas de excesso de luz natural incidente nas peças, ao conforto doméstico das alcatifas e a uma teoria de iluminação que individualizava os objectos do mesmo modo como o fazia a desmultiplicação das paredes em fundos e palas, determinando com precisão as escolhas do visitante.



Aspecto geral da galeria de Antiguidade Clássica.

Após trinta anos de abertura ininterrupta do Museu Calouste Gulbenkian, ao público, tornou-se premente responder a imediatos problemas funcionais como a substituição das alcatifas, a renovação dos sistemas de electricidade, segurança e ar condicionado, desejando-se suprir ainda exigências recentes como o equipamento para deficientes motores e o fornecimento de mais informação para o público através de pontos de consulta electrónicos.

Perante a necessidade do encerramento do Museu, entendeu-se naturalmente como outro imperativo a análise da montagem da exposição em confronto com critérios da museologia contemporânea.

Reafirmando a excelência do programa inicial, mantiveram-se as suas grandes linhas na estruturação do espaço mas revelaram-se úteis algumas estratégias de clarificação dos percursos e de um maior despojamento na apresentação das peças.

Considerado da máxima qualidade quando da sua instalação em 1969, o sistema de ar condicionado estava

obsoleto, facto que implicou a sua substituição integral, o mesmo sucedendo com os sistemas de segurança e iluminação.

A circulação no edifício foi analisada de modo a desimpedir os percursos de obstáculos físicos para deficientes motores, tendo-se equipado o edifício com um elevador entre o piso do Museu e o da Sala de Exposições Temporárias, Biblioteca de Arte, Loja, Restaurante e Instalações Sanitárias.

Optou-se por uma museografia despojada de artifícios, dando-se a ver com maior limpidez a excelente estrutura arquitectónica das salas de exposição e apresentando-se as obras com um mínimo de aparato cénico, redundante perante a qualidade das peças e a nobreza dos acabamentos do edifício.

“Optou-se por uma museografia despojada de artifícios...”



Aspecto da galeria das Artes Decorativas francesas.

Se a sala do Egito se manteve praticamente inalterada, já na da Antiguidade Clássica se desimpediu o espaço, apresentando-se com largueza a excelente colecção de numismática grega que, de facto, é o cerne deste núcleo.

“A alcatifa (...) revelou-se na actualidade com problemas graves para a higiene de espaços públicos.”

Respeitou-se a amplidão da sala da Arte Islâmica, entendendo-se contudo que o notável conjunto de lâmpadas de mesquita ganhava maior valor simbólico, não pela simulação mimética da sua utilização funcional, mas pela concentração alinhada numa única vitrina que evoca a sua disposição espacial nas mesquitas. A simplificação da museografia aplica-

-se já nesta sala pela composição das vitrinas de cerâmica: as peças são pousadas com clareza em dois níveis, sem os plintos que anteriormente as destacavam, deixando-se ao espectador a possibilidade de escolhas entre um núcleo nivelado pela sua excepcional qualidade.

Esta estratégia de simplificação tem especial evidência nas galerias da Arte Europeia.

A alcatifa, defendida por alguns como material de referência na arquitectura dos anos de 1960 e 1970, logo a manter como notícia histórica, revelou-se na actualidade com problemas graves para a higiene de espaços públicos. A qualidade de insonorização deste material transformava o Museu num espaço silencioso e contribuía para uma atmosfera intimista de expressão privada, minimamente habitada.

A opção por soalho em madeira de afisélia, mantendo o eficaz diálogo com a pedra das galerias da Arte do Oriente, garante agora uma limpeza visual e física da exposição, nobilitando ainda mais o próprio espaço já com paredes revestidas de madeiras nobres e pedra que servem de envolvimento às peças.

Os grandes painéis centrais das galerias foram simplificados, retirando-se numerosas palas que criavam recantos, singularizando com excessiva minúcia a presença de numerosas peças, criando-se agora perspectivas amplas que permitem leituras cruzadas entre núcleos sucessivos.

Do mesmo modo, retiraram-se painéis de madeira forrados a tecido e aplicados contra as paredes, colocando à

“Deu-se (...) maior evidência à qualidade arquitectónica do edifício, desocultando as paredes, [e] permitindo a visão desafogada do espaço interior...”

vista o excelente acabamento de pedra, e os pesados reposteiros que fechavam totalmente as janelas quando corridos nas horas de grande incidência de luz solar, substituindo-os por telas translúcidas que, evitando os danos provocados pela luz sobre as obras expostas, não impedem a visibilidade do parque e dos jardins interiores.

Deu-se assim maior evidência à qualidade arquitectónica do edifício, desocultando as paredes, permitindo a visão desafogada do espaço interior e do exterior agora presente em permanência através das gelsias.



Aspecto do núcleo de Pintura inglesa.

Reforça-se esta intenção de desimpedimento das galerias ao optar-se por uma iluminação de grandes superfícies para a pintura, pormenorizada apenas para a escultura e para alguns objectos de menor dimensão. A monocromia neutra dos tecidos anteriormente aplicados como revestimento dos painéis das Artes Decorativas francesas e na Pintura de Guardi e do século XIX, foi agora substituída pela policromia de sedas e linhos intencionalmente distribuída pelos diferentes núcleos e que enfatizam o sentido estético das peças aí expostas. Uma seda de amarelo ácido suporta pinturas de paisagem e retrato franceses do século XVIII, entre o Rocóco e o Neoclássico; o mobiliário francês do mesmo período foi colocado contra um violeta denso e pousado sobre estrados que continuam o tabuado do chão, substituindo os anteriores estrados que simulavam *parquets* de Versalhes; o núcleo de

pinturas de Guardi e do século XIX foi tratado com linhos cremes, cinzentos e verdes, estes últimos reservados para as pinturas inglesas. Desimpedidos os espaços e abertas diferentes perspectivas nas galerias, peças emblemáticas da colecção de Pintura pontuam o percurso do visitante: a Jovem

de Ghirlandaio; o Retrato de Helena Fourment, de Rubens; a paisagem Quillebeuf, Foz do Sena, de Turner; a Leitura de Fantin-Latour e, finalmente, as Bretonnes au Pardon de Dagnan-Bouveret, peça agora integrada na exposição permanente.

O centro de mesa de René Lalique convida-nos na direcção da sala dedicada ao núcleo daquele artista francês, com vidros e jóias que agora se mostram contra fundos claros numa disposição que se quis seriada, sem artificios museográficos, evidenciando a qualidade intrínseca de cada peça que o visitante descobre com liberdade.

De uma atitude mais interpretativa dos objectos da colecção, apresentados anteriormente numa envolvência de pendor intimista, passou-se a uma outra onde as peças são apresentadas com maior isenção, sem ênfases ou escolhas sugeridas por cenografias expositivas. Com uma museografia mais despojada e menos


dirigida, potencia-se no visitante uma melhor capacidade de comparação e escolha, conducente a atitudes mais reflexivas perante as obras de arte.

O tratamento dado à entrada do Museu correspondeu a esta intenção. Consensualmente rejeitada a hipótese de aí instalar a loja, foi retirado o balcão de venda de publicações, permanecendo apenas a bilheteira.

O espaço foi nobilitado por mais vazio e apenas pontuado simbolicamente por única peça, uma das grandes esculturas da colecção, o Apolo de Houdon, que estava secundariza-



Átrio do Museu com Apolo de Houdon.

da no jardim interior e foi elevada agora num plinto de pedra. Na parede oposta colocou-se uma vitrina alta onde se expõem as publicações produzidas pelo Museu que, indiciando a presença da loja no piso inferior, evidenciam sobretudo o trabalho de investigação que se tem desenvolvido e que é essencial fonte de prestígio para a instituição. 

* Director do Museu Calouste Gulbenkian.

Foi Director do Museu Nacional do Azulejo (1987-1998) e Conservador do Museu Nacional dos Coches (1979-1987).

Tem títulos publicados nas áreas do Coleccionismo, Arte Efémera, Sumptuária e Cerâmica.

A nova Vida do Museu Municipal de Faro



Conceição Pinto*

Os padrões de vida moderna, cada vez mais exigentes para o cidadão; aconselham a ponderar, entre outras coisas, o papel dos espaços de exposição, atribuindo-lhes uma importância fundamental como agentes promotores da qualidade de vida nas cidades.

“O projecto [de reestruturação e desenvolvimento do Museu de Faro] visa dotar estes dois espaços de um discurso actual, permitindo uma apresentação rigorosa e coerente do vasto espólio...”

Os Museus são hoje entendidos como espaços onde o cidadão pode viver uma experiência cada vez mais interactiva com a arte que contempla - que é património seu - e a estrutura física em que se encontra.

Por isso a preocupação em colocar à disposição do visitante meios, serviços e actividades, que permitam incrementar a sua assiduidade e prolongar a sua permanência no espaço.

Neste aspecto, a Arquitectura assume papel preponderante, criando ambiências, funcionalidade e condições de conforto, susceptíveis de tornar a visita ao espaço museológico mais agradável.

Políticas cada vez mais rigorosas de gestão cultural e museológica, permitem hoje saber quais os públicos alvo a atingir e quais as soluções expositivas mais adequadas a cada um deles.

Mais do que satisfazer uma necessidade ao visitante, pretende-se encontrar soluções que preencham as expectativas de quem visita um Museu.

Um Projecto em Marcha

Partindo deste novo entendimento das funções do Museu, a Câmara Municipal de Faro deu início, em 1998, ao projecto de reestruturação e desenvolvimento do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, o Museu Municipal de Faro.

Com a aquisição do conjunto arquitectónico constituído pelo Castelo de Faro e antiga Fábrica da Cerveja Portuguesa, a revitalização do Museu começa a assumir contornos ainda mais visíveis.

O projecto visa dotar estes dois espaços de um discurso actual, permitindo uma apresentação rigorosa e coerente do vasto espólio do Museu de Faro.

Arquitectura e Inserção Urbana

O Projecto procura atingir novas dinâmicas culturais e induzir a reabilitação do valioso Centro Histórico da cidade. Para atingir tais objectivos, a intervenção assenta nas vertentes Arquitectónica, Urbanística e Cultural.

A Arquitectura do Projecto

A intervenção abrange a recuperação e modernização do pólo existente - Núcleo do Convento - bem como a criação de um novo pólo - o Núcleo do Castelo - dotando o conjunto das condições exigidas pela função museológica, prevendo a existência das áreas ne-

cessárias ao funcionamento de um Museu.

Trata-se, no primeiro caso, de uma intervenção num Monumento Nacional classificado, a qual abrange não só os claustros como toda a área da antiga Cerca do Convento, requalificando o conjunto e repondo a sua correcta leitura enquanto antiga estrutura conventual. Torna-se igualmente necessária a modernização e reabilitação do espaço museológico actualmente existente, vocacionando-o para a apresentação da Arqueologia e História Local e Regional.

O segundo caso integra as Muralhas classificadas como Imóvel de Interesse Público. Esta intervenção visa a valorização das estruturas militares medievais (Castelo), a reabilitação dos vestígios do antigo Quartel oitocentista e a adaptação funcional das estruturas fabris edificadas no início do século XX. Este conjunto constituirá o núcleo das Artes Plásticas, com um enfoque especial para a Pintura do séc. XVI ao XIX, Cartaz e Arte Contemporânea Portuguesa.



Vista aérea do Castelo de Faro



Entrada do Convento de Faro.

Perante edifícios antigos como estes, directamente relacionados com a história da cidade e, portanto, com os temas a abordar no futuro Museu, torna-se imperioso recuperar as suas estruturas edificadas originais, ou

evidenciar a sua eventual sobreposição, de modo a valorizar as suas componentes, que se podem assumir, elas próprias, como peças importantes do discurso proposto aos visitantes.

Por outro lado, ao incidir sobre terrenos de grande sensibilidade arqueológica, o projecto veio promover a sua investigação, pretendendo ainda a musealização de estruturas entretanto postas a descoberto e a respectiva integração no circuito de visita.

A ligação entre os dois núcleos museológicos encontra-se prevista através de uma passagem subterrânea, a qual constituirá, simultaneamente, uma porta para a "Cidade Arqueológica".

A Intervenção Urbanística

Também o capítulo da Inserção Urbana é alvo de cuidados especiais: As áreas de ampliação foram reunidas num só volume, que ocupa sensivelmente a mesma posição do actual edifício das oficinas municipais, embora com uma nova solução de tran-



Vista do Claustro do Convento de Faro.

Programa Funcional a Desenvolver com o Projecto de Remodelação

Núcleo do Convento

Ações a implementar

- Restituição da tipologia dos espaços originais do edifício;
- Valorização das fachadas do antigo convento;
- Adequação dos espaços existentes às suas novas funções;
- Construção de um novo edifício que irá albergar os serviços administrativos, reservas e laboratórios;
- Reposição do perímetro da cerca conventual, repondo a leitura original deste equipamento religioso;
- Valorização do logradouro através de arranjo urbanístico e criação de um espaço verde de lazer;
- Ligação subterrânea ao Núcleo do Castelo.

Serviços a disponibilizar

- Recepção e apoio a utentes;
- Loja;
- Cafeteria;
- Auditório com 100 lugares;
- Exposição permanente (Pré-História, Proto-História, época Romana, época Islâmica, época Medieval/ Moderna, Faro - Evolução Urbana);
- Exposições Temporárias;
- Serviços Educativos;
- Centro de Documentação;
- Laboratórios e Reservas.



Núcleo do Castelo

Ações a implementar

- Valorização das estruturas militares medievais do Castelo;
- Reabilitação do Quartel;
- Tratamento urbanístico do espaço envolvente com vista à recriação da Porta e antiga Praça de Armas;
- Reutilização da Fábrica da Cerveja para Núcleo Museológico e adequação dos espaços existentes às suas novas funções;
- Encerramento parcial do rasgo realizado a sul;
- Reabertura da Porta do Mar;
- Individualização do adarve ou caminho de ronda, e elaboração de um circuito turístico ao longo do mesmo;
- Reabilitação da arcaria e das edificações adossadas ao pano norte das muralhas do castelo.

Serviços a disponibilizar

- Recepção e apoio a utentes;
- Loja;
- Auditório;
- Cafeteria/Restaurante com acesso independente;
- Exposição permanente (Pintura Séc. XVI a XIX, Cartaz e Arte Contemporânea Portuguesa);
- Exposições Temporárias;
- Serviços Educativos.



Fachada principal do Convento de Faro, onde pode ver-se a cúpula.

sição para o edifício do convento, pon-do em evidência o cunhal de pedra aí existente e permitindo, a quem passa, uma rápida visão para o interior do Museu e do seu logradouro.

Esta solução de implantação mantém portanto a organização volumétrica e espacial do conjunto, não alterando a disposição e alinhamento da fachada poente do Núcleo do Convento, característica deste lado do Largo do Castelo. A ligar os dois imóveis, uma passagem subterrânea que permitirá aceder igualmente à "cidade arqueológica", enquanto em processo de escavação e investigação extensiva e progressiva.

O conjunto museológico em apreço insere-se na periferia de uma malha urbana antiga, num local algo descaracterizado por ocupações de índole industrial ou armazéns. O projecto do Museu de Faro deverá contribuir deci-

sivamente para a inversão deste quadro, através de uma intervenção que possa evidenciar os valores patrimoniais existentes empreendendo a requalificação de toda a área oriental do núcleo histórico da Vila Adentro, incluindo a reconversão de áreas actualmente adstritas a funções não compatíveis com o Centro Histórico (indústrias e armazéns) e a reconstituição da antiga Praça de

Armas. A intervenção reflectir-se-á directamente no desenvolvimento económico de todo o núcleo urbano mais antigo.

O Museu como Baluarte da Opção Cultural

Para além das intervenções de fundo atrás descritas, todo o Projecto expressa uma preocupação fundamental com a função pedagógica de um espaço cultural valioso enquanto património histórico e artístico, sobretudo a orientar para as gerações mais jovens.

A intervenção objectiva o acréscimo da importância cultural e artística da cidade de Faro, concretizando o reforço de uma estratégia de capitalidade no seio do Algarve e Sul do País. A importância da concretização de um equipamento desta envergadura não interessa só a Faro, mas a toda a região

algarvia que ganhará relevo cultural no panorama nacional e internacional, factor que poderá revelar-se decisivo na diversificação da oferta turística que tem passado, essencialmente, pelas suas virtudes enquanto destino balnear.

A opção cultural tem sido assumida com entusiasmo, tendo já culminado com a escolha da cidade de Faro para ser, em 2004, a Capital Nacional da Cultura. Pedra & Cal

Um Breve Olhar para o Passado

A história do Museu de Faro começa quando o Município Farenses deliberou, em 22 de Fevereiro de 1894 criar o Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique homenageando assim O Navegador por ocasião do V Centenário do seu nascimento.

Inicialmente foi destinada uma sala do edifício dos Paços do Concelho para a instalação do Museu. Em 1914, já durante a I República, passa a funcionar na Igreja do Convento de Santo António dos Capuchos, aí permanecendo até 1969, data em que transita para as actuais instalações no antigo Convento da N.ª Sr.ª da Assunção. A inauguração oficial deste novo espaço verifica-se apenas em 1973.

*Arquitecta, licenciada pela ESBAL em 1982.

Directora do Departamento de Reabilitação do Património da Câmara Municipal de Faro. Responsável pelo trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Histórico de Faro. Coordenadora do Projecto de Remodelação e Ampliação do Museu de Faro e responsável pelo Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique. Integra a Direcção do Centro de Ciência Viva do Algarve.

Museu Nacional de Machado de Castro: Dificuldades e opções de um novo programa



No final do séc. XX, coube-nos a tarefa de reprogramar este grande museu, necessitado de ampliação e beneficiação das suas instalações que detém o estatuto de monumento nacional.

Sediado desde 1913 no paço episcopal de Coimbra, alguns anos antes deixado vago e arruinado, o Museu foi objecto de sucessivas intervenções que, em cada período, contribuíram para melhorar as condições de funcionamento e a qualidade de exposição do seu vasto e importante acervo.

Todavia, a falta de espaço nunca permitiu criar depósitos para reserva museológica, nem oficinas gerais, de conservação e de apoio pedagógico, nem sequer uma zona para acolhimento do visitante, bem localizada, eficiente e confortável. Daí, o empenhamento que as sucessivas direcções manifestaram na aquisição do terreno parcialmente adjacente, a oeste, o qual fora ocupado como logradouro do paço, sendo o restante constituído por habitações, numa vizinhança perigosa para a segurança da instituição.

“Sediado desde 1913 no paço episcopal de Coimbra, (...) o Museu foi objecto de sucessivas intervenções...”

A concretização da posse desses anexos conduziu, nos finais da década de 80, à decisão de uma intervenção de fundo que viria a perder-se em acções pontuais e fragmentadas por falta de um programa global que contemplasse, de forma crítica, o significado e as

potencialidades conjugadas dos edifícios e das colecções.

Embora se possa ler no “Inventário Artístico da Cidade de Coimbra” (1947, p.162) que as obras iniciais de adaptação do paço “*em parte o reintegraram e em parte o desnaturaram*”, é forçoso reconhecer que, malgrado a renovação do bloco norte ter conduzido à perda



“Loggia” quinhentista do Antigo Paço Episcopal.

dos “restos manuelinos”, a intervenção de 1912 não o “desnaturou” mais do que as seguintes, decorrentes dos programas de Vergílio Correia (1932-44) e Luís Reis Santos (1952-1967) e da transferência para o Museu (1966) da famosa Capela do Tesoureiro, edificada no séc. XVI na Igreja do Convento de S. Domingos.

Globalmente, todas estas obras, levadas a efeito pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, não impediram que o conjunto arquitectónico chegasse aos dias de hoje preservado no que encerra de mais original e historicamente valioso.

Na verdade, a residência episcopal não é um edifício mas sim uma justaposição de edifícios ligados entre si, embora individualizados pela com-

partimentação das coberturas, perpetuando uma antiga tradição de raiz muçulmana. A mesma influência se lê na porta da cerca medieval, ainda conservada.

Igualmente medievos, todos datáveis no séc. XII, são os restos da igreja-colegiada de S. João de Almedina e diversos fragmentos arquitectónicos e escultóricos descobertos durante as remodelações do paço ocorridas em 1895-96 e 1938.

Do final de Quinhentos data a varanda, desenvolvida em dupla colunata - que liga os corpos norte e sul, e constitui o elemento mais emblemático do conjunto - abrindo o vasto pátio central sobre a paisagem, a poente. Esta obra, segundo risco atribuído a Filipe Terzi, integra-se na primeira grande re-

forma do paço, da iniciativa de D. Jorge de Almeida e concluída por D. Afonso de Castelo Branco, os dois bispos recordados pelos respectivos brasões no portal de entrada edificado em 1592.

A profundidade da intervenção conduziu nessa época ao total entulhamento do fantástico pódio em dois pisos abobadados que, em meados do séc. I, a administração romana construía ali para suporte de um fórum. Volvidos dezanove séculos, entre 1932 e 1940, o monumento é redescoberto, iniciando-se um processo descontínuo de escavações arqueológicas que só terminaria na década de 90.

Perante dois mil anos de História inscrita numa sucessão de intervenções arquitectónicas cujas marcas ora se so-

brepõem ora se justapõem, impunha-se um trabalho paciente de leitura e interpretação que ajudasse a definir e sublinhar a diversidade formal e temporal em presença.

A complexidade do edifício constituía, aos nossos olhos, a maior dificuldade do programa. Mas, simultaneamente tínhamos consciência da sua valia intrínseca e de quanto - se bem descodificada e gerida - ela poderia acrescentar ao entendimento e à fruição das colecções expostas. Essa foi a primeira decisão importante, certamente metodológica, mas que influenciaria de forma decisiva tanto o programa como o projecto. Com efeito, à tentação de um tratamento unificador que apague as marcas do tempo e neutralize a descontinuidade dos espaços, preferimos tirar partido das especificidades, organizando a exposição permanente por núcleos temáticos em que, tanto quanto possível, o edifício funcione como elemento integrador.

Por outro lado, complementarmente, queríamos ter como adquirido que, não obstante todos os constrangimentos reais - de natureza patrimonial e urbanística - que afectam, de igual modo, o conjunto edificado e os edifícios a construir, a intervenção agora programada iria, uma vez por todas, trazer a este Museu uma clara separação entre circuitos públicos (acolhimento, exposição, espectáculo, educação, descanso) e reservados (administração, investigação, arquivo / reserva, conservação, áreas técnicas).

Para cumprir tal objectivo, foi necessária outra opção: aceitar que, definidas as linhas mestras de um programa

museológico, este só poderá tomar forma acabada quando já existir uma boa proposta desenhada, fruto de estreita colaboração entre a equipa museológica e a equipa projectista.


O bloco norte do conjunto edificado é o menos interessante e o mais vezes alterado ao longo dos séculos. A última intervenção de iniciativa episcopal, neo-manuelina - pela mão do Arq. Álvaro Augusto Machado - foi completamente obliterada pelos sucessivos programas de adaptação a museu, entre 1912 e 1960, corporizados de modo pouco inspirado tanto ao nível das fachadas quanto, ao nível da participação interna. A inclusão nesta

“Perante dois mil anos de História inscrita numa sucessão de intervenções arquitectónicas (...) impunha-se um trabalho paciente de leitura e interpretação...”

zona, em 1966, da Capela do Tesoureiro rompeu a escala e a funcionalidade do bloco, dando também lugar a um processo de degradação acelerada do edifício - facilitando múltiplas infiltrações - e da própria Capela com todo o seu recheio escultórico, por exposição aos agentes naturais e à acção dos pombos que ali dormiram e nidificaram durante três décadas.

Resolver estes problemas com eficácia e sensibilidade, afigurava-se-nos ser o grande desafio colocado ao arquitecto e, por consequência, o ponto em que o programa museológico exigia maior flexibilidade. Assim aconteceu, com efeito, obrigando a lógica da proposta arquitectónica para cobertura do pátio

a estender o princípio em que se fundamentava à zona do edifício actualmente ocupada pelos serviços técnico-administrativos e pela casa do pessoal. A cabeceira da igreja setecentista (que substituíra a medieval), completamente absorvida pela construção, nos anos 1940-50, dessa zona de serviços, será assim libertada, oferecendo ao visitante mais uma oportunidade de leitura da crónica.

Certo é que tal decisão só foi possível graças à feliz circunstância de a edificação ter disponibilizado um gaveto que apenas uma viela separa do terreno destinado à ampliação do Museu. De forma trapezoidal, estendendo-se, na sua parte mais larga, diante da varanda quinhentista, esse terreno tem uma capacidade de utilização muito condicionada quer em superfície quer em altura. Tal limitação cedo mostrou não dispormos de área suficiente para desenvolver o programa, mostrando-se legítima a ambição de conquistar toda a faixa que ladeia a viela. São grandes as dificuldades que se oferecem, obrigando a expropriações e ao faseamento da obra, mas cremos ser a única opção correcta para garantir a coerência do programa museológico o que permite igualmente requalificar a envolvência do monumento libertando-a de presenças espúrias e desenvolvendo a alternância entre volumes construídos e vazios plantados, tão característicos da Alta de Coimbra. 

* Directora do Museu Nacional de Machado de Castro

Museu Nacional de Machado de Castro

Extractos da Memória do Concurso



Gonçalo Byrne

1 *É tão desesperante quanto fascinante ver desfilar mais de dois mil anos de história concentrados num conjunto urbano-arquitectónico onde se é chamado a intervir projectualmente - em apenas dois ou três meses (o tempo do concurso).*

O mergulho no tempo (o que é a arquitectura senão a impressão do tempo no artifício edificado) é obsessivo na ânsia de encontrar o filão das sucessivas transformações e as fundamentações que as levaram a fabricar. O processo nem sempre foi contínuo e linear e se as roturas parecem mais impermeáveis as lacunas históricas são por vezes desesperantes. O arquitecto precisa em absoluto da história porque pisa territórios pré-existentes mas sobretudo porque o projecto que orienta a transformação vive do tempo e no tempo.

A verificação directa do tempo coisificado nos sucessivos estratos aproxima o arqueólogo do arquitecto ao ponto de quase se confundirem. O domínio do concreto, das coisas, aproxima-os. Não são as coisas por nós hoje edificadas uma camada mais nas sucessivas contemporaneidades precedentes? Que valores, que sensibilidades, que usos aí se vão imprimir? Como se sobrepõe e se cruza o novo estrato com os antecedentes. O campo arquitectónico busca a sua própria autonomia neste espaço concreto e neste tempo singular.

No espaço de dois milénios a história do sítio acumula de facto o cruzamento de muitas histórias e o sítio arqueológico mostra-nos não um mas vários edifícios que se continuavam, ou sobrepuseram ou se cruzaram, destruindo-se ou fragmentando-se, gerando residualidades

hesitações, firmezas, abusos, grosserias, ou revelações fantásticas, fascinantes, belíssimas. Sentimo-nos a pisar um terreno frágil, por vezes precário, onde a afirmação do novo projecto está continuamente necessitada de aprofundar o seu fundamento na busca duma estratégia unitária muito atenta e exigente na procura obsessiva duma possível atemporalidade que está do lado oposto das ratoeiras das modas e do "glamour" momentâneo das suas imagens.

Após o caminho que fizemos pelas leituras históricas convocadas, pelos relatos e relatórios arqueológicos, pelas arquitecturas que percorremos do despertar ao entardecer, se algo surge como comoventemente belo nesta Alta Coimbra, é a extraordinária simbiose entre as formas construídas e a geografia da colina, em que a tectónica adquire o valor topográfico, numa globalidade de sistema cristalino de vazios e emergências em que a imanência do criptopórtico romano de *Aeminium* é decisivamente germinal.

2 *Fazendo a desconstrução retrospectiva do sítio do projecto tudo converge no criptopórtico suporte do Forum.*

Esta fabulosa construção destinada a domesticar o declive transformando-o em chão plano está no entanto construída sobre um assentamento urbano pré-romano directamente ajustado à pendente.

A revelação arqueológica deste aglomerado na fundação da abside, constitui o momento zero da cronologia museográfica.

Numa breve caracterização das sucessivas lógicas formais e construtivas gos-

tariamos de destacar o período romano, a sucessiva implantação românica de S. João de Almedina, o reforço do carácter residencial do paço renascentista, a rotação "híbrida" da nova igreja barroca e finalmente a descaracterização casuística dos sucessivos "enxertos", restauros e consolidações iniciados com o alvor do nosso século até à actualidade.

O rigor e a coerência tectónica romana levam-nos a aceitar a correspondência longitudinal norte-sul das estruturas de fundação do criptopórtico com a axialidade da abside e praça do Forum na mesma direcção. O enquadramento panorâmico do vale e Rio Mondego é transversal e orientado a poente.

A criação no período condal da diocese de Coimbra (sec. XI) está na origem de S. João de Almedina cuja orientação cristã provoca a rotação de noventa graus da axialidade longitudinal do Forum pré-existente. Supomos que a tipologia "residencial" da própria colegiada, em extensão para poente do claustro lateral, vem reforçar esta nova orientação, oposta à anterior.

Esta hipótese de rotura poderá ser claramente atenuada se se confirmar a existência dum templo romano orientado segundo o eixo transversal que no período da cristianização daria origem à fundação da Igreja.

O reforço do carácter doméstico e palaciano do Paço episcopal leva à consolidação da tipologia de pátio em "U" com abertura visual ao Mondego a poente. A bela e transparente galeria renascentista atribuída a Terzi consolida a inversão do eixo do Forum fixando uma situação nova, que em nossa opinião debilita a solidez topográfica e urbana do crip-

topórtico pelo facto de se implantar entre três a quatro metros recuada em relação ao original alinhamento poente do mesmo.

Por atitude deliberada, ou motivada por degradação do troço central desse alinhamento eventualmente acelerado pelo "canibalismo" das construções adossadas na cota baixa da Rua das Covas, o facto é que esta situação veio tripartir o embasamento poente do criptopórtico consolidando os topos emergentes do Paço que claramente se salientam da galeria de Terzi sobre a encosta. Os três arcos adossados que suportam a pequena galeria panorâmica, do topo sul construídos pelos Monumentos Nacionais em deslocado mimetismo dos Estudos Gerais, reforçam ainda mais essa singularidade pervertendo, também na vertical, a distinção original entre criptopórtico e plano de terra do Forum.

A igreja paroquial barroca de S. João de Almedina ao rodar de novo a axialidade da primitiva gera à sua volta uma série de espaços incaracterísticos e residuais afectando a estrutura original da primitiva igreja de três naves e do respectivo claustro cuja residualidade é bastante implementada pela intromissão posterior da Capela do Tesoureiro, já no período de vigência do Museu, iniciado após a implantação da República.

Na sequência fotográfica de maquetas interpretativas que apresentámos demarcámos 2 territórios originais domi-

nantes, o primeiro correspondente ao Romano (plataforma do Forum sobre o criptopórtico) e o segundo ao Românico (plataforma contígua, já sobre a terra). A evocação destas duas plataformas vai ajudar-nos a estruturar a proposta do piso térreo do novo Museu.

Na simulação da implantação da Igreja Românica usámos a planta de S. Salvador de Travanca de origem contemporânea e de tipologia idêntica, embora S. João de Almedina aparentasse ser de 3 tramos e não de 5 (segundo V. Correia e Nogueira Gonçalves).



A Capela do Tesoureiro

Este nosso século, marcado pela utilização museológica dum espaço de fortes características domésticas ou residenciais assiste a uma crise de intervenções avulsas com fortes implicações no edifício, que reflectem os critérios de restauro da ideologia dominante. O facto é no entanto que os critérios museográficos se confundiam por vezes

com fortes interferências nas estruturas edificadas gerando situações de descontrolo de escala e de definição ambiental que oscilam entre o adossamento doméstico de fragmentos arquitectónicos avulsos até à clara "frankensteinização" de conjuntos que embora valiosos e em perigo se implantam em clara rotura de escala e de contexto agravando a já existente residualidade global.

Esta condição híbrida, a meio caminho entre uma espacialidade doméstica herdada do paço episcopal e a fragmentária e pontual promoção a encenações

de monumentalidade, instauram uma promiscuidade em que o edifício se confunde com a obra exposta em clara ausência de contexto. Sem dramatizar, aceitamos que essa condição já faça parte do historial recente do museu, sobre a qual pensamos adoptar uma posição de "aceitação crítica", corrigindo quando possível e oportuno, recontextualizando quando recomendável, ou simplesmente autonomizando quando aconselhável, mas para todos os efeitos integrado numa nova estratégia global os vários edifícios e colecções dentro dum espaço museológico que busca uma nova condição unitária. Se é verdade que a evolução do sítio se inicia com o carácter eminentemente público do Forum para passar à condição religiosa e doméstica do Paço Episcopal, a valorização do actual e futuro uso cultural e museológico deve repor o reforço da sua condição pública, cívica e pedagógica procurando uma escala e ambiente arquitectónico ajustados a esse objectivo.

3 *Tentando interpretar o programa perguntamo-nos a que coisa aspira o novo Museu Nacional de Machado de Castro para além do que deve abrigar mostrar, promover, etc.*

Como é sabido os museus e os conceitos museológicos têm-se transformado profundamente nos últimos anos e seguem em transformação. Com toda a carga negativa que resulta da excessiva mediatização e transformação da cultura numa industria de consumo, a verdade é que concomitantemente a abertura ao maior número, à maior participação e interactividade, em resumo a maior vivência cultural é também um

factor positivo a implementar. Esta nova actividade tem repercussões desde logo numa maior abertura à cidade. Neste aspecto o novo museu aproxima-se do antigo Forum, ou seja deve recuperar a dimensão de espaço público apelativo reforçando as valências de permanência e uso quase quotidiano, sem descurar as limitações e condicionamentos necessários às zonas museológicas. Seria interessante fazer convergir no pátio central, na loja e na cafetaria (áreas de livre circulação), acessos que se interliguem com a cidade eventualmente em mais de um lado e distintas cotas do quarteirão. É fundamental redesenhar as entradas e os espaços urbanos de transição na perspectiva da qualidade de acolhimento. A localização do museu no contexto da futura remodelação urbana da Alta ocupa um dos polos dum triângulo de grande atracção turística em que os outros dois são o complexo histórico monumental dos Estudos Gerais e o futuro núcleo museológico universitário em torno do Colégio de Jesus. Esta posição sai reforçada com a localização na transição para a Sé Velha, Almedina e cidade baixa (circuito turístico pedonal). É facilmente previsível numa perspectiva futura um aumento razoável de fluxo de visitantes, incluindo a população universitária que não será indiferente ao reforço dos equipamentos de acolhimento e actividades paralelas diversificadas para além dos núcleos de exposição permanente.

4 Nesta perspectiva, dum museu mais aberto a áreas de influência que vão da cidade, à universidade à região, ao país e

ao estrangeiro, que "novo" papel devem assumir o(s) edifício (s) que o albergam?

A nossa proposta passa claramente por pôr em funcionamento um novo edifício unitário, reconhecível como tal apesar da sua fragmentação histórica, ou exactamente potenciando esse facto. Não nos parece sustentável no novo museu que os fragmentos dominem a globalidade com risco de perda da própria identidade.

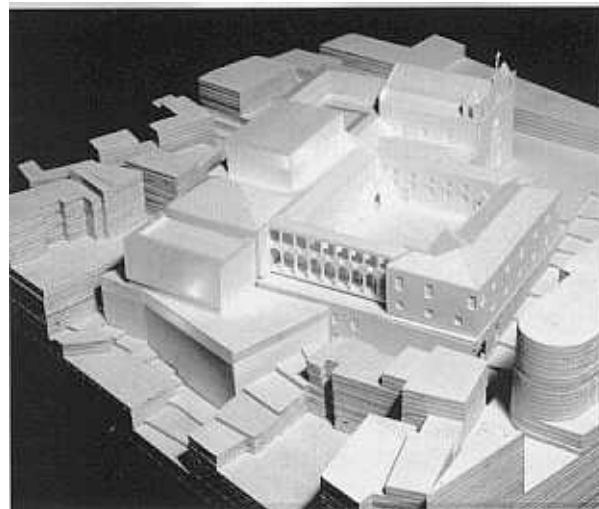
Pensamos ser decisivo o novo edifício ser capaz de gerar a sua própria identidade inseparável da sua entidade como museu.

Para tal é fundamental potenciar três aspectos decisivos.

1º. Tornar claro ao visitante que o valor unitário do edifício reside precisamente em torno da sua evolução histórica convergente no uso actual. Neste sentido a diversidade e diferentes especificidades do seu longo percurso ajudam a solidificar o seu valor unitário como Museu.

2º. Um segundo aspecto complementar do anterior tem a ver com criar uma nova escala de referência para o edifício, para o que contribui a cobertura alta do pátio da Capela do Tesoureiro e a criação da plataforma avançada da nova galeria e respectivo volume cúbico sobre ela.

3º. Finalmente o reajuste ambiental entre as arquitecturas e conteúdos expositivos deve convergir no reforço da identidade museológica.



5 O novo edifício é constituído por um embasamento de pedra calcária sobre o qual se apoia um cubo de vidro (com protecção solar exterior) que contem a cafetaria e, no piso superior, parte da galeria de exposições temporárias.

Visto do rio e da cidade baixa apercebemo-nos dum novo embasamento em que poisa um volume étereo de dimensões parecida com outros edifícios circundantes. A fusão perseguida entre a ligeireza do vidro e a massa pétreia reflecte a nossa convicção de que o verdadeiro moderno se fundamenta em base arcaica. Como afirmávamos no início, o peso fundador e germinal do criptopórtico contamina o contemporâneo, ou o contemporâneo por ele se deixa contaminar nessa comovente beleza da Alta em que os edifícios adquirem valor topográfico como um sistema estratificado de cristais opacos e cintilantes. Pedra & Cal

"Arquitecto
Professor da Universidade de Coimbra.

Gaël de Guichen*: Um balanço sobre a Conservação Preventiva

Por João Mascarenhas Mateus**



Gaël de Guichen recebendo o "ICCROM Award" no passado mês de Novembro.

No n.º 9 da nossa revista, com a entrevista a Ana Isabel Seruya, directora do IPCR, falou-se de Conservação Preventiva e dos seus primeiros passos em Portugal. Em Roma, João Mascarenhas Mateus (J.M.), entrevistou para a P&C, Gaël de Guichen (G. de G.), especialista de renome internacional e "inventor" deste conceito no início dos anos 1970. Até à cerca de um mês Director Geral Assistente do ICCROM e Chefe do seu Departamento de Museus e Colecções, estabeleceu, na conversa, um balanço sobre a aplicação deste conceito, delineando novas perspectivas para o futuro da Conservação em Museus.

J.M.: *Depois de várias décadas dedicadas à investigação e ao estabelecimento de novas práticas de gestão e conservação de colecções baseadas num conceito abrangente e complexo como o da Conservação Preventiva, poderia recordar como é que este conceito nasceu e a que objectivos procurou responder?*

G. de G.: Nos anos 1950 e 1960 tinha-se assistido à criação de um grande número de museus e ao mesmo tempo ao lançamento de muitas exposições temporárias e itinerantes. A construção de novos museus, por outro lado, tinha utilizado materiais modernos que não permitiam o isolamento térmico e higrométrico dos espaços. Estas acções eram acompanhadas de uma instalação "cega" de sistemas de ar condicionado com resultados catastróficos para o acondicionamento e apresentação dos objectos.

As reservas da maioria dos museus encontravam-se num estado de desordem incrível. Era frequente constatar que muitas das peças que se encontravam em antigos inventários tinham desaparecido fisicamente ou encontravam-se irremediavelmente perdidas por falta de conservação. Por fim, e de forma não menos grave, com a instalação das exposições temporárias tinha sido esquecida a responsabilidade legal de constituir, manter e actualizar os inventários das colecções.

De forma sintética, a criação do pós-guerra de novos museus e exposições não tinha tido em conta que as colecções são geralmente constituídas por objectos frágeis e que reservas bem organizadas constituem uma condição vital para ter bons museus e para poder organizar exposições de qualidade, sejam elas permanentes ou temporárias.

A Conservação Preventiva nasceu com o objectivo de recordar que um museu sem colecções não é um museu, partindo da sua natureza essencial, ou seja, evitar a deterioração e manter a vida das colecções num estado optimizado.

J.M.: *Nesse período inicial teve algum contacto com algum museu português? Apercebeu-se destas deficiências também em Portugal?*

G. de G.: O primeiro contacto com um museu português, de que me recordo, ocorreu em 1971, no Museu de Arte Antiga de Lisboa, após uma visita aos museus espanhóis, com o Dr. Philippot, nessa altura director geral do ICCROM.

Nessa ocasião fiquei surpreendentemente bem impressionado com a atitude de profissionais de sensibilidade extremamente fina. Recordo os nomes Teixeira - em tapeçarias -, e Vaz e Viana - em óleos sobre tela.

“A construção de novos museus, (...) tinha utilizado materiais modernos que não permitiam o isolamento térmico e higrométrico dos espaços.”

Apesar do isolamento político e intelectual a que o país se encontrava constrangido, o Museu de Lisboa encontrava-se bem mais avançado no que se refere ao cuidado das colecções, se comparado com o que então acontecia no Museu do Prado, em Madrid.

J.M.: *Compreendidas as necessidades e os objectivos como é que o conceito foi posto em prática?*

G. de G.: Após um primeiro período de avaliação o ICCROM organizou, em Setembro de 1977, o primeiro de uma série de cursos de três semanas intitulados "Conservação Preventiva" e que abordaram, pela primeira vez, os problemas de acondicionamento, roubo, fogo, controle climático e iluminação em museus. Estes cursos, repetidos anualmente, foram seguidos por responsáveis de museus de vários países e serviram à criação de uma nova geração de profissionais capazes de compreender a interacção dos diversos factores de deterioração em museus: para além dos problemas de conservação dos materiais e do controle climático, as

agressões naturais de efeito lento e cumulativo, as agressões lentas relativas aos visitantes e os estragos devidos aos próprios empregados dos museus. Das catástrofes naturais (como os sismos, que a P&C tratou no n.º8), são de recordar as infestações de insectos e fungos, poluição, poeira e erosão. De referir a erosão provocada pela passagem das pessoas, a falta de cuidado com a limitação do número de visitantes com consequente descontrolo da temperatura e produção de vapor de água. Por fim e ainda, os estragos dos profissionais que são pagos para conservar e não para destruir.

Estes últimos acidentes são muito mais graves e frequentes do que se possa imaginar.

J.M.: *Quais foram os resultados práticos que se seguiram à formação do núcleo inicial de profissionais por parte do ICCROM?*

G. de G.: A Conservação Preventiva é um pouco como a Medicina Preventiva. No que se refere ao Património, seja ele museológico, arquitectónico ou paisagístico, a aplicação desta metodologia apresenta um problema:

“... fiquei surpreendentemente bem impressionado com a atitude de profissionais de sensibilidade extremamente fina [do Museu Nacional de Arte Antiga].”

não se vê ou é pouco visível à primeira vista.

Lavar as mãos, desinfecção, vacinar-se não se vê, mas evita as doenças. Por estas razões esta metodologia teve essencialmente um primeiro impacto relativamente "silencioso", mas eficaz nas colecções e museus que o puseram em prática e na qualidade da conservação e apresentação de exposições permanentes e tem-

“A Conservação Preventiva é um pouco como a Medicina Preventiva.”

porárias. No que se refere a sinais mais evidentes da progressão na sua implantação os resultados da monitorização que tem sido levada a cabo, permitem constatar que o conceito é ensinado em todas as escolas de conservação do património, assim como nos cursos de actualização e reciclagem do pessoal dos museus. Dos artigos pontuais passou-se à organização periódica de conferências a nível internacional e nacional e à publicação de toda uma série de monografias completas dedicadas especificamente à Conservação Preventiva. Diversos doutoramentos têm vindo a ser desenvolvidos neste campo de investigação. Na maioria dos países começam a ser criados postos para os quais se exige a formação especializada nesta metodo-

logia. Recentemente, por exemplo, o Museu de Lyon lançou um concurso para um lugar de arquitecto em que era exigida a especialização em Conservação Preventiva. No aspecto associativo, algumas organizações internacionais, como o ICOM, organizaram já os seus próprios grupos de trabalho especializados, para a pesquisa e discussão neste domínio. Diversas associações profissionais actualizaram os seus estatutos de forma a incluir a Conservação Preventiva como seu objectivo prioritário.

J.M.: *Existe já algum plano de Conservação Preventiva que tenha sido implementado a nível nacional?*

“... a Holanda lançou recentemente o seu plano nacional [de Conservação Preventiva]...”

G. de G.: Sim, a Holanda lançou recentemente o seu plano nacional, denominado DELTA.


J.M.: *É capaz de referir uma das maiores dificuldades que encontra ainda hoje na conservação do património em geral e dos museus em particular?*

G. de G.: A frequente ausência de um projecto cultural, por parte dos con-

servadores e gestores de museus. Conjuntamente com os aspectos mais ou menos técnicos de conservação, a estratégia global de estudo, apresentação e novas aquisições de uma colecção deve ser bem definida e preparada com antecedência a médio e longo prazo, integrada numa visão alargada da sua importância pedagógica, lúdica e de impacto de formação de mentalidades de uma comunidade ou de um país.

J.M.: *Para concluir, e de forma a sintetizar o tema desenvolvido nesta entrevista, poderia dar uma definição concisa do que é realmente a Conservação Preventiva?*

G. de G.: Uma boa definição foi aquela que consegui que fosse definida e aprovada pelos participantes do Curso Regional de Programação da Conservação Preventiva em Instituições, levado a cabo em Havana, Cuba, em 22 de Setembro de 2000: "A Conservação Preventiva é a concepção, coordenação e o lançamento de um conjunto de estratégias sistemáticas organizadas num dado tempo e espaço, desenvolvidas por uma equipa interdisciplinar com o consenso e participação da comunidade, a fim de preservar, proteger e difundir a

memória colectiva no presente e projectá-la no futuro para reforçar a sua identidade cultural e elevar o nível da qualidade de vida." 

ICCROM - International Centre for the Study of the Conservation and Restoration of Cultural Property. Organização inter-governamental do grupo das Nações Unidas, fundada em 1956 e encarregada da salvaguarda dos bens culturais no Mundo. Com sede em Roma, conta com 100 estados membros e 103 membros associados.

ICOM - International Council of Museums. Organização não governativa associada à UNESCO, criada em 1946, com sede em Paris. Conta com 15.000 membros em 109 países, e dedica-se à promoção e desenvolvimento dos museus e da profissão museológica a nível internacional.

* Gaël de Guichen - Licenciado em Engenharia Química pela Escola Politécnica de Lausanne, iniciou a sua carreira como engenheiro responsável pela conservação da Cave de Lascaux em França. Desde 1970, no seio do ICCROM, coordenou diversos grupos de investigação científica no campo da conservação preventiva do património móvel, sendo autor de inúmeras monografias e artigos traduzidos em 12 línguas, relativos a acondicionamento, climatização, iluminação e conservação de materiais em museus. Autor e responsável pelo lançamento dos programas internacionais de formação e integração de projectos: PREMA - que envolve os responsáveis de profissionais de museus de 46 países na África a Sul do Sara e PREMO, com 40 parceiros na Oceânia.

** João Mascarenhas Mateus - Doutor em Eng. Civil, Mestre em Arquitectura. Especialista em Conservação de Edifícios e Sítios Históricos.

Gaël de Guichen*: Um balanço sobre a Conservação Preventiva

Por João Mascarenhas Mateus**



Gaël de Guichen recebendo o "ICCROM Award" no passado mês de Novembro.

No n.º 9 da nossa revista, com a entrevista a Ana Isabel Seruya, directora do IPCR, falou-se de Conservação Preventiva e dos seus primeiros passos em Portugal. Em Roma, João Mascarenhas Mateus (J.M.), entrevistou para a P&C, Gaël de Guichen (G. de G.), especialista de renome internacional e "inventor" deste conceito no início dos anos 1970. Até à cerca de um mês Director Geral Assistente do ICCROM e Chefe do seu Departamento de Museus e Colecções, estabeleceu, na conversa, um balanço sobre a aplicação deste conceito, delineando novas perspectivas para o futuro da Conservação em Museus.

J.M.: *Depois de várias décadas dedicadas à investigação e ao estabelecimento de novas práticas de gestão e conservação de colecções baseadas num conceito abrangente e complexo como o da Conservação Preventiva, poderia recordar como é que este conceito nasceu e a que objectivos procurou responder?*

G. de G.: Nos anos 1950 e 1960 tinha-se assistido à criação de um grande número de museus e ao mesmo tempo ao lançamento de muitas exposições temporárias e itinerantes. A construção de novos museus, por outro lado, tinha utilizado materiais modernos que não permitiam o isolamento térmico e higrométrico dos espaços. Estas acções eram acompanhadas de uma instalação "cega" de sistemas de ar condicionado com resultados catastróficos para o acondicionamento e apresentação dos objectos.

As reservas da maioria dos museus encontravam-se num estado de desordem incrível. Era frequente constatar que muitas das peças que se encontravam em antigos inventários tinham desaparecido fisicamente ou encontravam-se irremediavelmente perdidas por falta de conservação. Por fim, e de forma não menos grave, com a instalação das exposições temporárias tinha sido esquecida a responsabilidade legal de constituir, manter e actualizar os inventários das colecções.

De forma sintética, a criação do pós-guerra de novos museus e exposições não tinha tido em conta que as colecções são geralmente constituídas por objectos frágeis e que reservas bem organizadas constituem uma condição vital para ter bons museus e para poder organizar exposições de qualidade, sejam elas permanentes ou temporárias.

A Conservação Preventiva nasceu com o objectivo de recordar que um museu sem colecções não é um museu, partindo da sua natureza essencial, ou seja, evitar a deterioração e manter a vida das colecções num estado optimizado.

J.M.: *Nesse período inicial teve algum contacto com algum museu português? Apercebeu-se destas deficiências também em Portugal?*

G. de G.: O primeiro contacto com um museu português, de que me recordo, ocorreu em 1971, no Museu de Arte Antiga de Lisboa, após uma visita aos museus espanhóis, com o Dr. Philippot, nessa altura director geral do ICCROM.

Nessa ocasião fiquei surpreendentemente bem impressionado com a atitude de profissionais de sensibilidade extremamente fina. Recordo os nomes Teixeira - em tapeçarias -, e Vaz e Viana - em óleos sobre tela.

“A construção de novos museus, (...) tinha utilizado materiais modernos que não permitiam o isolamento térmico e higrométrico dos espaços.”

Apesar do isolamento político e intelectual a que o país se encontrava constrangido, o Museu de Lisboa encontrava-se bem mais avançado no que se refere ao cuidado das colecções, se comparado com o que então acontecia no Museu do Prado, em Madrid.

J.M.: *Compreendidas as necessidades e os objectivos como é que o conceito foi posto em prática?*

G. de G.: Após um primeiro período de avaliação o ICCROM organizou, em Setembro de 1977, o primeiro de uma série de cursos de três semanas intitulados "Conservação Preventiva" e que abordaram, pela primeira vez, os problemas de acondicionamento, roubo, fogo, controle climático e iluminação em museus. Estes cursos, repetidos anualmente, foram seguidos por responsáveis de museus de vários países e serviram à criação de uma nova geração de profissionais capazes de compreender a interacção dos diversos factores de deterioração em museus: para além dos problemas de conservação dos materiais e do controle climático, as

agressões naturais de efeito lento e cumulativo, as agressões lentas relativas aos visitantes e os estragos devidos aos próprios empregados dos museus. Das catástrofes naturais (como os sismos, que a P&C tratou no n.º8), são de recordar as infestações de insectos e fungos, poluição, poeira e erosão. De referir a erosão provocada pela passagem das pessoas, a falta de cuidado com a limitação do número de visitantes com consequente descontrolo da temperatura e produção de vapor de água. Por fim e ainda, os estragos dos profissionais que são pagos para conservar e não para destruir.

Estes últimos acidentes são muito mais graves e frequentes do que se possa imaginar.

J.M.: *Quais foram os resultados práticos que se seguiram à formação do núcleo inicial de profissionais por parte do ICCROM?*

G. de G.: A Conservação Preventiva é um pouco como a Medicina Preventiva. No que se refere ao Património, seja ele museológico, arquitectónico ou paisagístico, a aplicação desta metodologia apresenta um problema:

“... fiquei surpreendentemente bem impressionado com a atitude de profissionais de sensibilidade extremamente fina [do Museu Nacional de Arte Antiga].”

não se vê ou é pouco visível à primeira vista.

Lavar as mãos, desinfectar-se, vacinar-se não se vê, mas evita as doenças. Por estas razões esta metodologia teve essencialmente um primeiro impacto relativamente "silencioso", mas eficaz nas colecções e museus que o puseram em prática e na qualidade da conservação e apresentação de exposições permanentes e tem-

“A Conservação Preventiva é um pouco como a Medicina Preventiva.”

porárias. No que se refere a sinais mais evidentes da progressão na sua implantação os resultados da monitorização que tem sido levada a cabo, permitem constatar que o conceito é ensinado em todas as escolas de conservação do património, assim como nos cursos de actualização e reciclagem do pessoal dos museus. Dos artigos pontuais passou-se à organização periódica de conferências a nível internacional e nacional e à publicação de toda uma série de monografias completas dedicadas especificamente à Conservação Preventiva. Diversos doutoramentos têm vindo a ser desenvolvidos neste campo de investigação. Na maioria dos países começam a ser criados postos para os quais se exige a formação especializada nesta metodo-

logia. Recentemente, por exemplo, o Museu de Lyon lançou um concurso para um lugar de arquitecto em que era exigida a especialização em Conservação Preventiva. No aspecto associativo, algumas organizações internacionais, como o ICOM, organizaram já os seus próprios grupos de trabalho especializados, para a pesquisa e discussão neste domínio. Diversas associações profissionais actualizaram os seus estatutos de forma a incluir a Conservação Preventiva como seu objectivo prioritário.

J.M.: *Existe já algum plano de Conservação Preventiva que tenha sido implementado a nível nacional?*

“... a Holanda lançou recentemente o seu plano nacional [de Conservação Preventiva]...”

G. de G.: Sim, a Holanda lançou recentemente o seu plano nacional, denominado DELTA.


J.M.: *É capaz de referir uma das maiores dificuldades que encontra ainda hoje na conservação do património em geral e dos museus em particular?*

G. de G.: A frequente ausência de um projecto cultural, por parte dos con-

servadores e gestores de museus. Conjuntamente com os aspectos mais ou menos técnicos de conservação, a estratégia global de estudo, apresentação e novas aquisições de uma colecção deve ser bem definida e preparada com antecedência a médio e longo prazo, integrada numa visão alargada da sua importância pedagógica, lúdica e de impacto de formação de mentalidades de uma comunidade ou de um país.

J.M.: *Para concluir, e de forma a sintetizar o tema desenvolvido nesta entrevista, poderia dar uma definição concisa do que é realmente a Conservação Preventiva?*

G. de G.: Uma boa definição foi aquela que consegui que fosse definida e aprovada pelos participantes do Curso Regional de Programação da Conservação Preventiva em Instituições, levado a cabo em Havana, Cuba, em 22 de Setembro de 2000: "A Conservação Preventiva é a concepção, coordenação e o lançamento de um conjunto de estratégias sistemáticas organizadas num dado tempo e espaço, desenvolvidas por uma equipa interdisciplinar com o consenso e participação da comunidade, a fim de preservar, proteger e difundir a

memória colectiva no presente e projectá-la no futuro para reforçar a sua identidade cultural e elevar o nível da qualidade de vida." 

ICCROM - International Centre for the Study of the Conservation and Restoration of Cultural Property. Organização inter-governamental do grupo das Nações Unidas, fundada em 1956 e encarregada da salvaguarda dos bens culturais no Mundo. Com sede em Roma, conta com 100 estados membros e 103 membros associados.

ICOM - International Council of Museums. Organização não governativa associada à UNESCO, criada em 1946, com sede em Paris. Conta com 15.000 membros em 109 países, e dedica-se à promoção e desenvolvimento dos museus e da profissão museológica a nível internacional.

* Gaël de Guichen - Licenciado em Engenharia Química pela Escola Politécnica de Lausanne, iniciou a sua carreira como engenheiro responsável pela conservação da Cave de Lascaux em França. Desde 1970, no seio do ICCROM, coordenou diversos grupos de investigação científica no campo da conservação preventiva do património móvel, sendo autor de inúmeras monografias e artigos traduzidos em 12 línguas, relativos a acondicionamento, climatização, iluminação e conservação de materiais em museus. Autor e responsável pelo lançamento dos programas internacionais de formação e integração de projectos: PREMA - que envolve os responsáveis de profissionais de museus de 46 países na África a Sul do Sara e PREMO, com 40 parceiros na Oceânia.

** João Mascarenhas Mateus - Doutor em Eng. Civil, Mestre em Arquitectura. Especialista em Conservação de Edifícios e Sítios Históricos.

Gaël de Guichen*: Um balanço sobre a Conservação Preventiva

Por João Mascarenhas Mateus**

Devido a uma falha técnica, foi omitida uma pergunta e sua resposta na entrevista apresentada no último número da nossa revista, a Gaël de Guichen. Pedimos desculpa ao entrevistado, ao entrevistador e a todos os leitores. Apresentamos, agora, a questão inadvertidamente omitida, assim como aquela que a precedia no documento original.

João Mateus: *Quais foram os resultados práticos que se seguiram à formação do núcleo inicial de profissionais por parte do ICCROM?*

Gaël de Guichen: A Conservação Preventiva é um pouco como a Medicina Preventiva. No que se refere ao Património, seja ele museológico, arquitectónico ou paisagístico, a aplicação desta metodologia apresenta um problema: não se vê ou é pouco visível à primeira vista. Lavar as mãos, desinfectar-se, vacinar-se não se vê, mas evita as doenças. Por estas razões esta metodologia teve essencialmente um primeiro impacto relativamente "silencioso", mas eficaz nas colecções e museus que o puseram em prática e na qualidade da conservação e apresentação de exposições permanentes e temporárias.


No que se refere a sinais mais evidentes da progressão na sua implantação os resultados da monitorização que tem sido levada a cabo, permitem constatar que o conceito é ensinado em todas as escolas de conservação do património, assim como nos cursos de actualização e reciclagem do pessoal dos

museus. Dos artigos pontuais passou-se à organização periódica de conferências a nível internacional e nacional e à publicação de toda uma série de monografias completas dedicadas especificamente à Conservação Preventiva. Diversos doutoramentos têm vindo a ser desenvolvidos neste campo de investigação. Na maioria dos países começam a ser criados postos para os quais se exige a formação especializada nesta metodologia. Recentemente, por exemplo, o Museu de Lyon lançou um concurso para um lugar de arquitecto em que era exigida a especialização em Conservação Preventiva. No aspecto associativo, algumas organizações internacionais, como o ICOM, organizaram já os seus próprios grupos de trabalho especializados, para a pesquisa e discussão neste domínio. Diversas associações profissionais actualizaram os seus estatutos de forma a incluir a Conservação Preventiva como seu objectivo prioritário.

J.M.: *Estes resultados influenciaram naturalmente a evolução da política levada a cabo pelo próprio ICCROM. Pode explicar como?*

G. de G.: Depois dos primeiros cursos realizados nas suas próprias instalações em Roma, o ICCROM lançou em 1986 o programa PREMA (Prevention in Museums in Africa) que englobou quarenta e seis países da África a Sul do Sahara, (vinte francófonos, vinte anglófonos, cinco lusófonos, um hispânico). O progra-

ma formou quatro centenas de profissionais e teve como resultado a criação de duas novas instituições especializadas, ambos geridos maioritariamente por pessoal africano: a Escola do Património Africano (EPA) em Porto Novo, Benim, e o Programa para o Desenvolvimento de Museus em África, com sede em Mombaça, Quénia. Estes novos organismos são dedicados não só ao património móvel como imobiliário.

Para sustentar estas escolas o ICCROM lançou recentemente uma campanha internacional de recolha de fundos de cuja Comissão de Honra fazem parte, entre outras individualidades, a Dra. Maria Barroso Soares, o Presidente Jacques Chirac e o ex-Secretário Geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar. Para este fundo, que se espera atinja os 2.500.000 de dólares, já foram recolhidos 800.000 dólares a partir de doações recolhidas em instituições governamentais e privadas de diversos países como a França, a Itália e a Tunísia. Esperamos naturalmente obter no futuro a contribuição portuguesa. A salvaguarda dos museus em África deve ser vista como uma opção global e não limitada ou localizada. 

* Gaël de Guichen - Licenciado em Engenharia Química pela Escola Politécnica de Lausanne, iniciou a sua carreira como engenheiro responsável pela conservação da Cave de Lascaux em França. Desde 1970, no seio do ICCROM, coordenou diversos grupos de investigação científica no campo da conservação preventiva do património móvel, sendo autor de inúmeras monografias e artigos traduzidos em 12 línguas, relativos a acondicionamento, climatização, iluminação e conservação de materiais em museus. Autor e responsável pelo lançamento dos programas internacionais de formação e integração de projectos: PREMA - que envolve os responsáveis de profissionais de museus de 46 países na África a Sul do Sara e PREMO, com 40 parceiros na Oceânia.

** João Mascarenhas Mateus - Doutor em Eng. Civil, Mestre em Arquitectura. Especialista em Conservação de Edifícios e Sítios Históricos.

O Património Edificado. Musealização e Interpretação¹



Musealizar. Interpretar. A nova consciência patrimonial e os valores ambientais.

A palavra "musealização" e o próprio conceito de "museu" tende, infelizmente a banalizar-se². Mas o que aqui se pretende exemplificar não é, sequer, a musealização tradicional e clássica ou a criação ou incremento de espaços museológicos, mas antes a relação que o património edificado detém com esta realidade. E de que modo é que esta realidade pode e deve ser tratada na óptica de uma política integrada de património.

É por isso que preferimos falar de musealização e interpretação. De facto, os núcleos de carácter museológico, ou que possuam valências museológicas a par de outras, instalados em monumentos, tendem hoje cada vez mais para a explicação do imóvel ou conjunto, senão mesmo da sua paisagem e da sua história. E a diferença entre estes espaços e os museus tradicionais decorre da própria natureza da coisa-em-si.

Geralmente, o museu é um espaço-contentor, provido de peças - algumas das quais sublimes e de superior importância - mas em que cada peça, pese embora os discursos museológicos diversos que se podem instalar (desde a *accrochage*, à amostragem temática ou periodística), tende a contar a sua própria história. Não assim com os monumentos ou os sítios. Estes tratam-se de unidades que contam sua história, a história do que contêm e a história do que os envolve. Assim, se o museu privilegia justamente uma

estratégia explicativa a que chamaríamos de janela (a peça e a sua génese, a genética das formas e dos estilos, radicada na peça-ela-mesma)³, o monumento tende a privilegiar uma estratégia explicativa panorâmica e espacializada.

Aliás, testemunha-se hoje uma rápida consciencialização da imbricação das matérias relativas ao património arquitectónico com os problemas do ambiente, numa perspectiva que é da afirmação da paisagem como zona transformada a reabilitar, no quadro de uma intervenção mais vasta no território⁴.

"Geralmente, o museu é um espaço-contentor, (...) em que cada peça, (...) tende a contar a sua própria história."

Efectivamente, dissipada a visão monumentalista do património (que era, também, uma visão estática), começou a agrupar-se neste universo não apenas a grande massa construída ou aquilo a que chamamos o monumento "clássico" ou "mega-monumento" (o mosteiro, o enorme palácio, a ruína arqueológica...), mas também o pequeno e anónimo edifício e uma impressionante quantidade de valores, nem todos de aparência "nobre" ou superiormente qualificada em termos da graduação típica ou clássica do que são valores culturais de grande consumo e visibilidade. Este vastíssimo campo, sem horizonte visível, motiva a entrada na gíria do património - e até na legislação internacional - de expressões como "paisagens culturais"

ou "paisagens associativas". Tudo isto faz da paisagem um conceito "em alta".

Como praticamente não existem paisagens "naturais", uma vez que quase todas elas foram fruto da humanização do território, da humanização das regiões ou do impacto diferencial da ocupação humana em lugares ou territórios vizinhos, a inscrição desta no âmbito do património parece não só recomendável como inexorável. Eis pois aqui também um dos campos em que se prevê (e se reclama) uma maior capacidade de mutação na área do património cultural, porque o problema passa a enunciar-se, definitivamente e cada vez mais, como um problema das comunidades e do bem-estar e cada vez menos como um problema (somente) de arquitectos ou historiadores; e quase nunca como o problema de um "simples" monumento, peça isolada do mundo.

Cada monumento tende, de facto, a constituir-se como "atractor" de um sistema patrimonial mais vasto, no qual se inclui não apenas a envolvente imediata - seja urbana, seja rural ou epirrural -, mas toda a rede de conexões relativas à vida material e simbólica com eles relacionado: a paisagem humanizada, o património "de proximidade" (estruturas não monumentais ou não classificadas, identificadoras do território - pequenos solares e habitações, cruzeiros, etc.) e o património "difuso" (cercados, muros, fontes, vestígios de estruturas produtivas, estações arqueológicas, enclaves ambientais, etc.)⁵.

1. Antas de Elvas

Nas imediações da cidade de Elvas, encontra-se um dos vários núcleos territoriais do denso megalitismo do Alto Alentejo (neolítico final). Foi assim possível definir dois circuitos, ambos aptos a serem percorridos através de veículos todo-o-terreno, mediante inscrição dos visitantes interessados. A filtragem do público mais ou menos especializado a que tal obriga e que ocorre de forma natural, garante o interesse e o controle qualitativo do percurso, enriquecido caso acaso, através de sinalização própria, uma vez que cada monumento se encontra isolado na paisagem e em locais vulgarmente inacessíveis, composto por conjuntos de necrópoles de dolmens de médio e grande porte ou cromeleques. O percurso estabelecido permite não apenas a visita aos monumentos, muitos deles situados em propriedade privada mas previamente sujeitos a trabalhos de consolidação e restauro levados a cabo pelo IPPAR mediante acordo protocolado com os respectivos proprietários - que admitem a abertura das suas herdades, mas também a fruição daquilo que poderemos considerar uma belíssima paisagem arcaica que atinge a fronteira com Espanha em diversos dos seus pontos. Como ponto de apoio associou-se ao circuito a requalificação do Castelo de Elvas, onde existe

"(...) foi possível reconverter e reprogramar - quer em termos de gastos, quer em termos de desenvolvimento das acções - os diversos percursos ou itinerários previstos."



*Circuito das Antas de Elvas. Sinalética.
Anta de S. Rafael I.*

um centro de acolhimento que permite a visita ao monumento e serve de ponto de partida para as visitas às antas.

2. Programa "Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve"

O programa "Itinerários Arqueológicos", aplicado aos mais importantes sítios arqueológicos dos municípios de Santiago do Cacém, Montemor-o-Novo, Évora, Ourique, Beja, Vidigueira, Campo Maior, Estremoz e Portimão, contou com uma importante dotação do Fundo de Turismo e abrange tipologias tão diferenciadas como sejam testemunhos paleolíticos (Gruta do Escoural), megalíticos, povoados calcolíticos (Campo Maior), romanos (*villae* de Pisões, Torre de Palma, Santa Vitória do Ameixial, S. Cu-

cufate), povoados (Cola) e *civitates* (Miróbriga). Devidamente reavaliado em 1996 tendo em conta a duração do mesmo, foi possível reconverter e reprogramar - quer em termos de gastos, quer em termos de desenvolvimento das acções - os diversos percursos ou itinerários previstos. Todos os itinerários pressupõem um protocolo e uma estreita colaboração entre o IPPAR e as autarquias em cuja área de jurisdição os monumentos se situam.

Uma vez mais, o que aqui conta é a valorização dos sítios arqueológicos entendidos enquanto património arquitectónico a reintegrar. Todas as acções incorporadas no programa, contaram com diversas actuações conjugadas, para além das escavações arqueológicas e da beneficiação dos monumentos através de obras de conservação, restauro, arranjos exteriores e sinalética. Assegurou-se uma importante frente de aquisição de terrenos e de expropriações.

Do ponto de vista de critérios de intervenção, o desenho destes itinerários atém-se a uma filosofia minimalista. Em termos gerais, as intervenções de valorização dos sítios arqueológicos por parte do IPPAR obedecem aos seguintes princípios:

- a) Preservação, conservação e restauro;
- b) Pesquisa arqueológica, efectuada em regime de continuidade, sem esgotamento do potencial, se for caso disso, mantendo-se reservadas áreas sem prospecção por escavação;
- c) Oferta à fruição pública, asseguradas que foram as etapas anteriores;

d) Constituição de bases para acolhimento do público;

e) Inserção dos sítios arqueológicos na ordem económica contemporânea enquanto recurso cultural.

Se na maior parte dos casos foram edificados pequenos centros de acolhimento com área de recepção e um polo museológico "exemplar" e explicativo, noutros casos mantém-se a perspectiva quase que "imaterial" de valorizar os testemunhos, tornando possível a simples visita de "pé posto". Poderá destacar-se pelo seu grau de desenvolvimento a cidade de Miróbriga (Santiago do Cacém), ampla estação arqueológica que, a par de permanentes trabalhos arqueológicos, possui já uma expressão visitável de consideráveis dimensões e com arranjos exteriores substanciais. Foi aí instalado um Centro Interpretativo e de Acolhimento, estrutura de desenho neomoderno mas sóbrio, implantado a meia encosta de um cómodo vizinho detendo uma privilegiada relação com a paisagem silenciosa e calma do sítio, cumprindo um programa que prevê não apenas a recepção e condução do público, mas também a valência museológica (núcleo museológico, além de laboratório e centro de pesquisa). Encontra-se também praticamente concluído o centro de acolhimento e de interpretação da *villa* romana de São Cucufate, instalado à ilharga do vastíssimo conjunto arqueológico e abrangendo uma importante componente de arquitectura da paisagem, incluindo a reconstituição do coberto vegetal do período clássico e a recu-

peração dos circuitos de adução e escoamento de águas.

Este tipo de trabalhos de valorização em sítios arqueológicos afectos ao Estado estendem-se a vários exemplos,

"... foram edificados pequenos centros de acolhimento com área de recepção e um polo museológico "exemplar" e explicativo..."

de entre os quais se destacam a área arqueológica do Freixo - Tongóbriga (Marco de Canaveses), Castelo e Castro de Faria (Barcelos), o Santuário Rupestre de Panóias (Vila Real)⁶.



Castelo de Elvas.
Frota de veículos do Circuito das Antas de Elvas.

3. Programa "Aldeias Históricas"

O programa "Aldeias Históricas" abrangeu os concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Marialva, Idanha-a-Nova, Castelo Mendo, Piodão e Linhares. No quadro do seu desenvolvimento⁷ estes projectos possuem uma "geometria variável" tendo em conta a diversidade de problemas a enfrentar bem como a coordenação

das diversas entidades envolvidas. Assim, contam-se entre os projectos executados obras de conservação e valorização de castelos, de centros históricos e de outros monumentos, tratando-se, nalguns casos, de intervenções de pequeno porte destinadas essencialmente à conservação preventiva, e outras de maior porte tendo por objecto o restauro de monumentos e a construção de "obra de raiz" com a finalidade criar "infraestruturas de acolhimento". Parte das intervenções assumem a característica de arranjos exteriores. Muitas destas intervenções conjugam as diversas valências acima descritas, funcionando como projectos integrados na verdadeira acepção da palavra (tal é o caso de Idanha-a-Velha, por exemplo). Tendo em conta a especificidade do património edificado em causa e os problemas levantados por cada caso, o programa encontra-se fortemente condicionado à realização de pesquisas arqueológicas prévias.

De entre os projectos em curso destaca-se pela sua concepção o de Idanha-a-Velha. Cidade romana de origem, Egitânia chegou a ser sede de bispado e, como tal, umas das mais importantes povoações antigas da região da Beira interior no tempo dos visigodos. O projecto de Idanha-a-Velha⁸ pode considerar-se um dos mais interessantes "case-studies" na área do património. Constituiu-se como exercício de opções variáveis - consoante o imóvel a intervir - e estendeu o seu escopo de intervenção muito para além do estrito "monumento". A es-

tratégia base contempla a valorização de toda a povoação.

Com base na coerência deste conjunto, situado grande parte intramuros mas com pequenas extensões extramuros, os projectistas iniciaram o estudo de um plano de pormenor, de modo a servir de baliza para a reabilitação do casario, concedendo-lhe pequenos espaços de ampliação que venham futuramente a servir de alternativa às adições espúreas (geralmente, pequenos barracos) que ali se fazem, corrigindo gradualmente a "imagem" do lugar (operação a cargo da autarquia). Foi ainda desenhado o anteprojecto de um "plano de urbanização" (encargo da autarquia) enquadrando qualquer ampliação futura das áreas edificáveis - caso esta se venha a verificar necessária, para uma zona extra-muros situada ao longo do rio, que ficará valorizado através de um pequeno cais essencialmente destinado a actividades desportivas ou de lazer.

Joga-se aqui na antecipação: produz-se "a montante" um instrumento de planeamento relativamente leve de modo a ordenar eventuais pretensões de construção futuras, retirando "carga" ao centro histórico, libertando-o de área construída, uma vez que possui solos de riquíssimo potencial científico. Mais concretamente, o trabalho dos projectistas concentra-se em "objectos" patrimonialmente importantes, que servem de catalizadores para a experiência de valorização global. Assim aconteceu com o Lagar de Varas,

restaurado enquanto exemplar de arqueologia industrial, tendo sido adaptado como espaço museológico complementar.

Refizeram-se coberturas e reconstruíram-se muros, limpam-se as "ruínas" e concedeu-se-lhes capacidade de fruição segundo uma perspectiva minimal.

"Refizeram-se coberturas e reconstruíram-se muros, limpam-se as "ruínas" e concedeu-se-lhes capacidade de fruição..."

Os projectistas desenharam ainda uma peça de equipamento (vulgo "espigueiro", por lembrar a sua forma) de linguagem moderna e executada em materiais contemporâneos (ferro), constituindo-se, na realidade, como um longo corredor coberto, com prateleiras laterais nas quais se encontra exposta uma boa parte da riquíssima lapidária e epigrafia que por enquanto se encontra encerrada na Sé Catedral. Na Porta Norte procedeu-se à monumentalização do imóvel através da reconstrução dos torreões (aliás corrigidos ou "desrestaurados"); criando-se um passadiço de visita no coroamento da muralha bem como um arranjo da envolvente baseado já nos testemunhos arqueológicos entretanto exumados. A equipa, tendo em conta o facto de Egíptia se tratar de um estaleiro arqueológico permanente, preparou para a zona das muralhas na zona dos "Palheiros de S. Dâmaso" uma intervenção de "res-

tauro crítico". Desmontadas as edificações que serviam de palheiro e escavadas as muralhas, veio-se a constatar que as mesmas se tratam de uma reconstrução recente que aproveitou, do original, apenas o respectivo tardoz.

O projecto promoveu a reedificação de uma estrutura "nova" que substituirá os antigos palheiros. Esta estrutura foi apenas "encostada" à muralha através da criação de um espaço de clarabóia separado daquela, recriando com materiais modernos os alçados dos dois torreões há muito desmontados.

Em termos de ocupação, esta edificação destina-se ao acolhimento de arqueólogos residentes, a laboratório e a recolha de materiais (intervenção a cargo da autarquia). O projecto traduziu-se ainda, na reconstrução de uma antiga casa de fundação manuelina, reconvertendo-a em posto de turismo. Quanto à Sé, prevê-se o aprofundamento das escavações em torno do monumento, a criação de um novo circuito de vistas com passadiços e



Povoado calcítico de Santa Vitória de Campo Maior a partir da torre de observação.


sinalética, tendo-se requalificado o edifício da chamada "basílica" através de restauros pontuais e da sua "mobi-
lação" de modo a conceder uma leitura (e uma interpretação) mais correcta ao espaço.

A musealização do património construído passa, portanto, por um conjunto de operações que não se cingem, hoje em dia, à simples disposição (ou deposição...) de acervos, nem sequer à organização de circuitos de visita ou

"O projecto traduziu-se ainda, na reconstrução de uma antiga casa de fundação manuelina, reconvertendo-a em posto de turismo..."

de disponibilização corrente de informação.

Pelo contrário, aliando estes aspectos da musealização clássica de "espaços" - porque é de espaços que tratamos, alguns possuidores de acervos riquíssimos, tais os casos do Palácio da Aju-

da ou do Palácio da Pena - o que se pretende atingir é a requalificação espacial total, do monumento e envolvente, de uma forma que reconduza o público ao entendimento do sentido pretérito dessas estruturas sem perder a qualidade de fruição que a sociedade do terceiro milénio exige no encontro harmonioso do difícil binómio consumo-cultura. 

1. O presente texto retoma e aprofunda alguns aspectos de outro texto publicado em "Intervenções no Património, 1995-2000", Lisboa, IPPAR, 1997, mas também aspectos longamente desenvolvidos por Luís Calado, Paulo Pereira e Joaquim Passos Leite em "Património, Balanço e Perspectivas, 2000-2006", Lisboa, IPPAR, 2009. Este último texto trata-se de uma avaliação, de um "programa" de acção e de um plano operacional (*vide* POIP - Programa Operacional de Intervenções no Património, nesse mesmo livro) que define e traça a linha divisória entre as intervenções casuísticas e voluntaristas (tantas vezes derivativas) levadas a cabo pela administração, e o planeamento, dimensão essencial para o desenvolvimento de uma política integrada de património. Neste caso reportamo-nos a alguns casos concretos de um universo de cerca de 180 intervenções em curso. Por isso, muitos outros exemplos de musealização e/ou interpretação tiveram que ficar de fora por questões de espaço. Refram-se uma considerável quantidade de sítios arqueológicos, objectos de importantes investimentos (conceptuais e financeiros...).

2. Sabde-se, por se tratar de uma posição realista, pragmática e crítica, a política do IPM através da constituição da Rede Portuguesa de Museus. É ao que cremos, um elemento de trabalho de grande utilidade para a afirmação de uma política museológica sustentada a nível nacional (esta palavra, também banal, tem aqui toda a sua razão de ser).

3. Não pretendemos reduzir os museus a esta tipologia. Apenas a referimos para efeitos de sistematização e de simplificação do raciocínio. Os museus, como se sabe, cumprem funções que vão muito além desta estratégia, mormente componentes de carácter social e educativo, e até de interação urbana hoje em dia extremamente importantes.

4. Alinham-se no horizonte novos paradigmas de intervenção patrimonial. Referimos já por diversas vezes a possibilidade de defender, para determinados casos bem caracterizados o "ruinismo", ou seja, a manutenção das estruturas na sua condição de ruína - sempre que o seu estado o permita; e a preservação do "silêncio" dos monumentos, ou seja, a sua reserva relativamente a qualquer valor de uso inadequado.

5. Sobre a criação do conceito moderno de paisagem anota-se que o mesmo é de origem anglo-saxónica - "landscape" - e transitou do neerlandês - "landschap" - que queria precisamente dizer "terra trabalhada" ou "parcela de terreno" ocupada pelo homem e transformada por ele. O mesmo se pode dizer do seu avator latino - "paysagem" - que dará origem a palavras tão significativas como *paisano*, *paisaggio*, *payssage*.

6. Sobre a interpretação de monumentos recomendamos, com vantagem, a consulta da revista "Património Estudos", n.º 1, Lisboa, IPPAR, 2001, dedicada precisamente a esta temática desenvolvendo no dossier principal os fundamentos e o descritivos das intervenções.

7. Neste programa foram lançados projectos de recuperação e valorização integrada com base em participação comunitária, em financiamento do Fundo de Turismo, IPPAR e Municípios e com o concurso de diversas entidades (IPPAR, autarquias, ICN e Comissão de Coordenação da Região Centro).

8. Proj. Arqtel 13 (Alexandre Alves Costa / Sérgio Fernando).

Licenciado em História e mestre em História de Arte. É autor de diversos artigos em revistas da especialidade, tendo sido conferencista convidado para vários colóquios e encontros em Portugal, Espanha, França, Brasil e EUA. Organizou várias exposições, tendo sido assessor da Europa'91 Portugal (Bruxelas) e Lisboa '94 - Capital Cultural da Europa - nessa área. É autor do ensaio "A Obra Silvestre e a Esfera do Rel", Coimbra, 1991 (prémio D. João de Castro, 1991) e dirigiu a obra "História de Arte em Portugal", 3 vols., Lisboa, 1995. Foi Chefe de Divisão de Museus da Câmara Municipal de Lisboa, desempenhando actualmente a função de Vice-Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).

O ensino universitário da Museologia



João Carlos Brigola*

Uma das mais decisivas transformações que se têm vindo a operar nas Ciências do Património é a consolidação do seu estatuto universitário. De facto, a crescente afirmação e autonomia de saberes disciplinares como a História da Arte, a Recuperação do Património Arquitectónico, a Conservação e Restauro, e a Museologia tem passado em grande medida pela organização universitária da investigação e do ensino.

No que à Museologia toca, a formação em exercício dos profissionais de museus tinha sido competência atribuída ao Museu Nacional de Arte Antiga, onde durante uma década (1965-1974) se ministrou o Curso de Conservadores de Museus. Com a suspensão deste Curso - episodicamente retomado, em novos formatos, por entidades como o IPPC (Instituto Português do Património Cultural) ou a APOM (Associação Portuguesa de Museologia) - instalara-se um prolongado debate, e uma indefinição legal, sobre a melhor maneira de prover à formação profissional dos técnicos superiores de museus.

A partir dos inícios da década de noventa as universidades portuguesas passam a oferecer cursos de pós-licenciatura (pós-graduações e mestrados) em Museologia. Uma parte da comunidade museológica, de formação tradicional nas práticas profissionais e nos antigos cursos de conservadores, procurou resistir então à 'intrusão' universitária argumentando contra o carácter teorizante desta modalidade de formação e advertindo para o perigo de assim se poder instalar uma dicotomia entre profissionais e académicos. Destes sectores partiram propostas - inspiradas

no caso da parisiense "École du Louvre" - para ser retomada a função de "Museu Normal" dantes atribuída ao "Museu das Janelas Verdes" ou, nessa impossibilidade, a criação de um curso "oficial" numa das universidades.

Em contraste com esta posição (cada vez mais residual, diga-se) a instituição da tutela, o Instituto Português de Museus, tem superado bem as dúvidas que, no passado, formulou quanto ao lugar de excelência ocupado pelas universidades na produção de um discurso cien-

"... a formação em exercício dos profissionais de museus tinha sido competência atribuída ao Museu Nacional de Arte Antiga"

tífico na área da Museologia, defendendo que "para a prossecução das suas atribuições, compete ao IPM (...) q) fomentar o desenvolvimento da investigação, designadamente nos domínios da história, história de arte, etnologia, arqueologia, musicologia, museologia e da conservação, em articulação com as universidades e outros centros de investigação" (Artigo 3º) (Lei Orgânica do I. P. M., decreto-lei n.º 161/97, de 26 de Junho).

A sua actual directora, Raquel Henriques da Silva, é ela própria um caso ilustrativo das novas e diferenciadas possibilidades de formação dos museólogos, já que tem conjugado carreira académica e científica com a adopção de responsabilidades directivas em museus. Não por acaso, cremos, tem sabido incentivar e reconhecer a produção do discurso universitário da Museologia, ao mesmo tempo que se tem batido pela qualificação do tecido museológico nacional

através, por exemplo, do apoio incondicional à institucionalização da Rede

universitário da Museologia não significa, naturalmente, nem o alheamento da *praxis* (o trabalho técnico-profissional levado a efeito no território do Museu), nem sequer a elaboração e divulgação, pelos académicos, de teorias eruditas desfasadas desta realidade. Por outro lado, o contacto exclusivamente experimental dos profissionais com as colecções não produz, por si só, um saber cientificamente fundamentado, nem tem representado em rigor um acréscimo da investigação divulgada e publicamente testável. Se reduzida a mero receituário de "boas práticas", a Museologia mais não seria que o regresso anunciado a uma Museografia que alguns já apelidaram de "good house keeping", produtora preferencial de manuais de "economia doméstica" dos museus.

Observando de perto a estrutura curricular dos diferentes cursos pós-graduados, fácil será verificar que ela procura equilibrar e sabiamente dosear teoria e prática, quer através dos conteúdos disciplinares ensinados, quer mesmo pela formação dos docentes, muitos deles provenientes, como especialistas convidados, do universo das práticas museológicas. O ensino universitário da Museologia tem procurado incentivar a reflexão teórica entre a comunidade museológica, contribuindo para a construção de uma visão estratégica sobre o papel dos museus na vida contemporânea e, sobretudo, para a formação técnico-científica e humanística dos profissionais. Prevalecem, é certo, algumas dificuldades de articulação entre a re-

“A integração local e regional da Universidade de Évora é uma realidade...”

cente legislação que regula as carreiras dos profissionais de museus da administração pública (decreto-lei 55/2001, de 15 de Fevereiro) e a obtenção de habilitações pós-graduadas em Museologia. No actual quadro legal não se reconhece ainda, para efeitos de concurso para a carreira de conservador (Artigo 3º), a necessidade de se ostentar uma formação específica em Museologia, remetendo para os júris a avaliação casuística, de acordo com "a especialização de cada museu". Contudo, cremos que a prazo - quando alguns dos actuais profissionais com formações em outras áreas do saber tiverem garantidos os seus lugares de carreira - serão superados estes obstáculos e finalmente reconhecido que a pós-licenciatura adequada para um técnico superior de museu é, naturalmente, a Museologia. Tanto mais que a harmonização de habilitações e de equivalências europeias, por força do processo de Bolonha (criação do Sistema Europeu do Ensino Superior até 2009) obrigará certamente a uma revisão da actual legislação, com base num diálogo mais produtivo e eficaz entre a tutela pública, os diferentes empregadores de pessoal de museus e as universidades. O Departamento de História da Universidade de Évora ao organizar a partir de 1993 uma Licenciatura em Património Cultural, variante do Curso de História, veio encetar um caminho que continua a prosseguir através da oferta de cursos pós-graduados em grandes áreas especializadas do uni-

verso patrimonial (Museologia, a partir de 1999, e Ciências Documentais, a partir de 2001). A Museologia surgiu, por isso, nos horizontes de prioridade do Departamento de História, de forma natural e em coerência com as opções científicas e metodológicas que tinham presidido ao lançamento daquela Licenciatura e que, mais recentemente - em 2000 - deram igualmente corpo à Licenciatura em Arqueologia. A integração local e regional da Universidade de Évora é uma realidade - neste domínio, como em tantos outros - iniludível. A utilidade social no desempenho do papel que, também aqui, à Universidade cabe será tanto mais importante, quanto é sabido que a sul de Lisboa o único Museu da rede pública do Instituto Português de Museus é o de Évora. Por isso julgamos que o Curso de Pós-Graduação e Mestrado em Museologia tem vindo a prestar um serviço público ao proporcionar a actualização científica dos profissionais de museus e de departamentos culturais das autarquias, bem como dos professores dos ensinos básico, secundário e superior. Para mais, numa conjuntura de verdadeira 'explosão museal', caracterizada mais pela abertura de novos museus do que pelo estabelecimento criterioso de uma política cultural para as colecções disponíveis. A oferta universitária deste Curso insere-se no percurso normal de aceitação, pela comunidade científica, de novos saberes em constituição. Na perspectiva curricular proposta, assume-se a transdisciplinaridade de saberes que se entrecruzam na Museologia - fonte estimulante da sua aber-

tura epistemológica tanto às tipologias museais das ciências sociais e humanas (História, Arte, Arqueologia, Etnologia) quanto às das ciências exactas e da natureza (Ciência e Técnica, História Natural). Para alcançar tal objectivo no Curso, apostou-se no envolvimento de docentes de diferenciadas formações científicas e provenientes também de várias áreas departamentais; no recurso a especialistas ligados às actividades profissionais do universo museológico (Instituto Português de Museus, Rede Portuguesa de Museus, Instituto Português de Conservação e Restauro, Associação Portuguesa de Museologia, ICOM/ Secção Portuguesa); a outras universidades públicas portuguesas (Departamento de Antropologia, da F. C. S. H. da Universidade Nova de Lisboa; Faculdade de Belas Artes, da Universidade de Lisboa; Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa); e a universidades estrangeiras (Universidade de Newcastle). São as seguintes as disciplinas leccionadas ao longo de quatro semestres: História da Museologia; História Social da Arte e da Cultura; Museologia e Comunicação; Conservação Preventiva em Museus; Património Museológico e Construção da Memória; Incorporação e Sistemas de Documentação; Curadoria de Colecções; Exposição e Design; Multimédia e Sistemas de Informação; Operações Museológicas I e Estágio I (Concepção e Produção de uma Exposição); Arquitectura e Museus; Problemas Legais e Éticos em Museologia; Tópicos Especiais em Museologia (Restauro em Museus); Administração de Museus; Estágio II

(88 h numa instituição museal). Além deste Curso leccionado na Universidade de Évora, cuja segunda edição se iniciou em Outubro de 2001, as universidades portuguesas oferecem os seguintes cursos de pós-licenciatura em Museologia:

1) Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,

Universidade Nova de Lisboa (Mestrado);

2) Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras, Universidade do Porto (Pós-Graduação);

3) Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra (Mestrado);

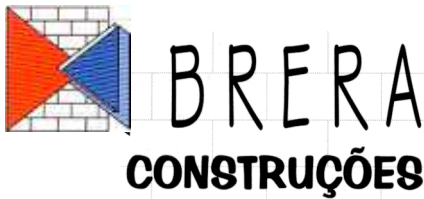
4) Universidade Lusófona (Mestrado);

5) Universidade Lusíada (Pós-graduação);

6) Instituto de Artes e Ofícios, Universidade Autónoma de Lisboa (Pós-graduação, em preparação).



* Professor da Universidade de Évora e do Instituto de Artes e Ofícios (UAL). Director do Curso de Pós-Graduação e Mestrado em Museologia da Universidade de Évora. Doutorado com a tese *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*.



"A MELHOR MANEIRA DE CONSERVAR UM EDIFÍCIO É MANTÊ-LO EM USO, UMA PRÁTICA QUE PODE ENVOLVER MODERNIZAÇÃO COM OU SEM ALTERAÇÕES DE ADAPTAÇÃO"

In Carvalho, José A. Lobo - Salvaguarda do Património Edificado

Obra de remodelação do Museu (antiga vacaria) ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA D. DINIS - PAIÀ



Rua Miguel Torga, 2-C - Escritório 4,6 - Alfragide - 2720-292 AMADORA
tel: 21 47 254 70 - fax: 21 47 254 71 - e-mail: brera@ip.pt

gráfica

PUB

3º Prémio RECRIA 2000

miu

reabilitação e recuperação de edifícios e património arquitectónico

miu gabinete técnico de engenharia, lda.

empreiteiro de obras públicas e particulares

Rua do Vale de Sto. António, 46, 2º Dto., 1170-381 LISBOA
Telefone 218 161 620 - Fax 218 161 629
E-mail: miu_lda@mail.telepac.pt

Sites sobre Museus e colecções na Internet



José Maria Lobo de Carvalho*

Pedem-me que este texto seja sobre Museus e colecções, curiosamente por vezes é difícil distinguir entre a importância da colecção e o próprio edifício, pois alguns Museus são autênticas obras de Arte. Assim o comprovam alguns sites de Museus que evocam não só a colecção como o próprio espaço que as contém e no caso do Guggenheim de Bilbao, da autoria do Arquitecto Frank O. Gehry, está actualmente em curso uma exposição sobre o próprio arquitecto e a sua obra. Uma autêntica pescadinha de rabo-na-boca! Mas, passemos aos factos. Em Portugal, visitei duas colecções dignas de referência, a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva e a Fundação Calouste Gulbenkian, não só pela importância dos seus acervos, mas também pela qualidade das suas páginas.

1. O site da Fundação Calouste Gulbenkian, em www.gulbenkian.pt, apresenta-se de forma sóbria e cuidada, e logo após uma breve introdução ao edifício-sede e jardins, permite-nos aceder à colecção por núcleos e conhecer algumas das peças em pormenor. Embora algo "estático", este site constitui



uma visita obrigatória pela qualidade ímpar da colecção, com particular destaque para a colecção Lalique e o mobiliário Francês do séc. XVIII.

2. A página da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, em www.fress.pt, apresenta-se bem organizada em torno da colecção de Artes Decorativas Portuguesas do seu fundador, localizada no Palácio Azurara. A visita pode ser igualmente feita por núcleos ou seleccionando as salas em planta, com respectivas peças, estando ainda disponível informação sobre as famosas reproduções produzidas nas suas oficinas e actividades das escolas da Fundação.

No Estrangeiro (se é que tal termo se aplica na Internet), a dificuldade resume-se à enorme variedade de opções e sem grande originalidade visitei quatro grandes Museus (o Louvre não foi um dos escolhidos... convencional, mas não tanto!). A escolha recaiu sobre o velho V&A (Londres), o incontornável MoMA (Nova York), os radicais Guggenheim (neste caso o de Bilbao) e o requintado Pallazo Grassi (Veneza). A verdade é que não fiquei desapontado.

3. O site do Victoria&Albert Museum, em www.vam.ac.uk, apresenta um design inovador e uma apresentação multimédia em Macroflash, permite-nos saber mais acerca de Moda Radical (Radical Fashion), com som e movimento... no entanto a navegação não é muito dinâmica pois o acesso ao acervo é reduzido. Como nota original, consulte-se as Short Stories, onde poderá ficar a saber histórias pitorescas sobre certas pe-

ças da colecção (parece que a Rainha Victoria despachava alguns presentes pessoais menos interessantes para o Museu...).



4. O Museum of Modern Art, constitui uma referência mundial (possui desde 1932 a primeira colecção sobre Arquitectura e Design) e está em obras, on-site e on-line! Em www.moma.org, pode o internauta consultar os pormenores da construção da nova galeria, através de um interessante cronograma interactivo das diferentes fases (1999-2005) acompanhado de fotografias e descrição dos trabalhos, tudo "embrulhado" num apelativo web-design.




5. De todos os sites que visitei para este artigo, talvez o meu favorito seja o dos Museus Guggenheim, em www.guggenheim.org, o design minimalista da página inicial contrasta apenas com o rico desenvolvimento posterior, distinguindo os cinco diferentes Museus (Nova York, Bilbao, Veneza, Berlim e

Las Vegas) e possibilitando o acesso a cada um deles individualmente. Consulte apenas os dois primeiros e encontram-se muito bem organizados, permitindo a consulta por nome do artista ou movimento artístico (revelando-se muito prático). Destaque ainda para o edifício de Frank O. Gehry,

com belíssimas fotografias de vários ângulos.

6. Por fim, uma visita (virtual) ao País-Museu por excelência, Itália, a fim de conhecer as novidades do Pallazo Grassi, cuja página por sinal se revela mais interessante quanto ao que já passou... na verdade, esta página possui um in-

teressante e original modo de consulta de todas as exposições que ali decorreram, não só é esteticamente agradável como intuitivo e prático.

Para terminar, um agradecimento ao Dr. Pedro Teotónio Pereira, um navegador experimentado nesta águas, pelas suas inúmeras sugestões. 

* Arquitecto, Mestre em Conservação do Património pela Universidade de York, Inglaterra. Colabora actualmente na DGEMN, nos projectos da Carta de Risco e Inventário dos Conjuntos Urbanos. (zeloca@hotmail.com)

MC arquitectos



Príncipe Real, 23-3º 1250 - 184 Lisboa Portugal - Telefone: +351 213219950
Fax: +351 213467995 - Email: mcarq@mail.telepac.pt - Site: www.mcarq.pt

**Sociedade de Construções
José Moreira, Lda.**

20 ANOS

**Vamos onde
se exige!**

- Rigor
- Competência
- Cumprimento de Prazos

Sociedade de Construções José Moreira, Lda.
SEDE: Rua Manuel Alpedrinha, N.º 15
Reboleira Sul, 2720-352 AMADORA
Telef: 21 496 12 70 - 21 499 86 50, Fax: 21 495 97 80

ALGÁZAR DO SAL	LURIA
ALMADA	LUNDA A VELHA
ALTO DO CHÃO	LUNDO
ALVERCA	MAUVERA DA SERRA
ARADORA	NEK MARTINS
AZARUELA	INDAGARDO
BANÁFICA	MONTE ESTORIL
BARREIRO	MOVENTEÇA O NOVO
BATALHA	OURINHA
CACÉM	OURINALS
CANARATE	OTA
C. DE OURIQUE	OURÉM
CARNAXIDE	PARRE
CASCAL	PERPOÇOS
CASTRO BRANCO	POMBAL
CAXIAS	PONTINHA
CELAS	PORTO SALVO
DOS PORTOS	S. PEDRO DO SUL
EVRAS	SANTA IREJA DE AZÓIA
ÉVORA	SANTARÉM
FONTE DA TELHA	SETÚBAL
FREIXANADA	SINTRA
GANDARINHA	TOMAR
OURILHARES	TORRES NOVAS
LAGOA	VENDA NOVA
USCQA	VILA FRANCA DE XIRA

PUB

Porquê os Amigos dos Museus



Maria de Vasconcelos e Souza*

Na busca de uma sociedade justa as referências essenciais de Deus, Pátria e Família foram destruídas. Cada homem se crê livre e igual, mas já não tem relação objectiva nem de suporte social, nem cultural. As máquinas e

as estruturas, sem face humana, deveriam ajudá-lo nas suas necessidades mas levam-no, afinal, a acelerar o seu ritmo e deixam-no só. Os jovens herdaram este tempo, depois da segunda guerra mundial, onde os horrores do conflito e a loucura da violência, destruíram todas as referências ao passado. A cultura moderna cortou violentamente os homens das suas origens históricas e lançou-os, sós à procura do prazer: o poder, as coisas, o dinheiro, o sexo. A vida tem de ser vivida a qualquer preço!

Os jovens já não são os herdeiros de nada. Eles são, sim, os primeiros e o mundo nasceu ali. Como poderá a ligação com a história, com o silêncio e com a arte manter uma presença significativa neste contexto? Serão os museus somente espaços lúdicos de prazer? Ou poderão ser locais onde os tesouros estão presentes, deixados por estes outros que, antes de nós, percorreram o longo caminho da alma humana e endireitaram o nosso próprio percurso? Os museus devem ajudar os visitantes a contemplar as suas próprias almas reflectidas, pelos artistas, em objectos de encantamento.

Paul Valery reparou que "nos museus se fala mais alto do que na igreja mas mais baixo do que na vida real". É este grau de consciência que os museus devem procurar oferecer.

Os amigos dos Museus têm um papel

essencial na revitalização do sentido do Museu.

A arte deve ser: visualmente reconhecida, historicamente compreensível, tecnicamente valorizada e humanamente partilhada.

Os Amigos dos Museus devem-se tornar a voz, os olhos e os defensores dos visitantes. Os museus devem tornar-se locais de diálogo entre os artistas e os visitantes. É tempo de fazer um pacto entre os museus e o público. É tempo de cada cidadão tomar parte activa na vida do seu museu: conhecer a sua riqueza, participar nas decisões sobre o seu futuro, apoiar as actividades com o seu tempo voluntário. É tempo de transformar os museus em comunidades vivas.

Este passo decisivo de devolução do museu aos cidadãos só é possível através de Associações de Amigos de Museus participadas e activas. Desafiamos todos a aderirem a este movimento de revitalização do património nacional. Foi para que se ampliasse a acção das Associações de Amigos, já existentes, que se fundou em 1998 a Associação dos Amigos dos Museus de Portugal (A.A.M.P.). Ela pretende juntar todos aqueles que com dedicação querem ajudar nesta tarefa de participação na função cultural e humana do Museu, dando-lhe o apoio da sociedade civil. A A.A.M.P. já conta com treze associados, que representam cerca de 3.000 amigos. Faz parte da federação Mundial (WFFM), onde representa Portugal

Em 2001 realizou-se, no Porto a assembleia geral da Federação Mun-

dial. Esta assembleia reúne anualmente representantes das direcções da Federação Mundial.

No Porto estiveram representadas 18 países! Os trabalhos realizaram-se na Universidade Católica do Porto e aí se debateram problemas, experiências, trocaram-se informações e propuseram-se interajudas. Também foi uma oportunidade de mostrar um pouco de Portugal e de poderem apreciar o empenho dos Amigos na divulgação da cultura e na valorização dos nossos museus.

A iniciativa privada, desinteressada e generosa foi avaliada com testemunhos de muitos países como Argentina, México, Chile, Grécia, Inglaterra, Israel, etc., onde a actividade dos Amigos torna possível extraordinárias realizações.

A nossa associação passou recentemente, a denominar-se "Federação dos Amigos dos Museus de Portugal".

Lançámos o prémio Dr. Reinaldo dos Santos para galardoar o grupo de amigos cujo museu leve a efeito a melhor exposição temporária em cada ano.

Associação de Amigos dos Museus de Portugal

Morada: Calçada do Combro. 61 - 1º

1200-111 Lisboa

Tel.: 21 322 54 35 Fax: 21 322 54 37

Email:

aamportugal@mail.telepac.pt

* Presidente da A.A.M.P.

Conservação de um Troço de Muralha Islâmica situado no interior de um Edifício, em Tavira

A caracterização dos materiais constituintes, incluindo o levantamento geométrico e a elaboração do projecto de consolidação do troço de muralha islâmica existente no interior do edifício do BNU, solicitado à Oz pela Câmara Municipal de Tavira (C.M.T.), visou fundamentar as medidas necessárias para a segurança estrutural da muralha, a definição da consolidação superficial da massa de alvenaria e a verificação das condições de climatização a implementar no espaço interior do edifício.

De acordo com informações dadas pelos arqueólogos da C.M.T., a muralha, pertencente ao período islâmico, data do século XII e corresponde a uma ampliação da muralha existente no século XI (Fig. 1). O troço em estudo, constituído por alvenaria de



Fig. 1 - Traçado provável da muralha de Tavira (C. Torres e S. Macias)

pedra argamassada de excelente qualidade, encontrou-se, posteriormente, integrado em construções, apresentando sinais de nele terem sido executados diversos cortes, passagens e cavidades, em resultado das conveniências das sucessivas gerações de utentes dos edifícios a ela adossados (Fig. 2).



Fig. 2 - Paramento do troço de muralha islâmica

Pretende-se integrar o troço de muralha, que se apresenta hoje como um imponente volume de alvenaria, nas instalações remodeladas do banco, num espaço museológico a criar.

Os ensaios e observações realizadas permitiram concluir que a muralha é constituída por alvenaria de pedra irregular, de origem calcária oolítica e margosa, argamassada com argamassa de

cal (Fig. 3).

O estado de alteração das rochas estudadas é relativamente baixo. A areia das amostras de argamassa é quartzosa e a sua aderência à matriz é boa.

Dos ensaios de compressão uniaxial sobre provetes de pedra e de argamassa, extraídos da muralha resul-

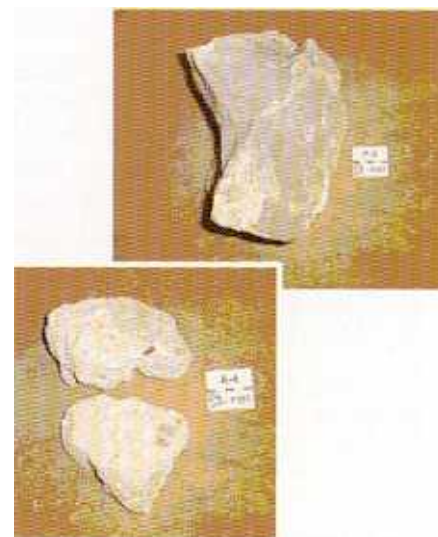


Fig. 3 - Amostra de pedra (em cima) e de argamassa (em baixo)

taram os valores constantes do Quadro I. Estes valores permitiram concluir que, para o conjunto da alvenaria, a tensão máxima não deverá ultrapassar 2,5 MPa.

Foram estabelecidas diferentes medidas de consolidação da muralha. As medidas de natureza estrutural foram fundamentadas num cálculo sumário, tendo por base os resultados obtidos num modelo computacional de análise. Foram preconizadas as seguintes medidas (Fig. 4):

- Tamponamento de aberturas;
- Remoção de elementos espúrios;
- Aplicação de ancoragens com manga de injeção.


A Fig. 5 esquematiza as ancoragens

Quadro I - Características mecânicas da alvenaria

Propriedade Constituinte	Módulo de elasticidade (Gpa)	Resistência à compressão (Mpa)
Pedra	38,6 a 59,2	35,2 a 90,4
Argamassa	18,6 a 22,3	4,5 a 7,8

de manga injectada utilizadas para consolidar a alvenaria em zonas onde possam existir maiores tracções. Foram também recomendadas algumas medidas de consolidação superficial da alvenaria.

Do ponto de vista da interacção dos materiais constituintes da muralha com o novo ambiente, admite-se que

a manutenção, no espaço circundante, de uma temperatura entre os 20 e os 22°C e uma humidade relativa entre os 55 e 60% não prejudicará a estabilidade superficial da alvenaria, dado que ela não apresenta níveis de humidade apreciáveis. 

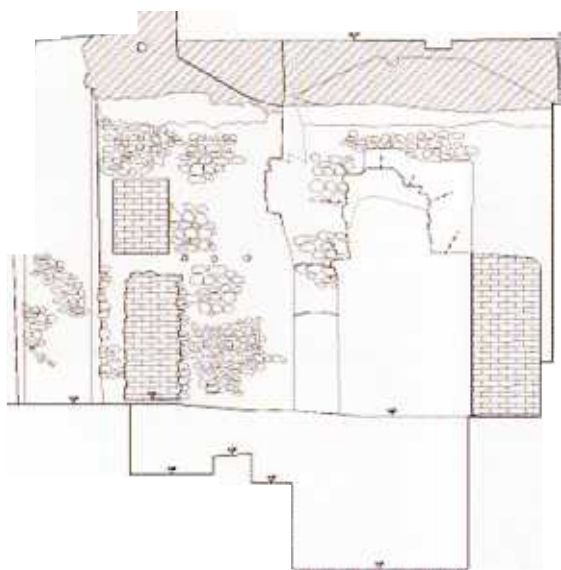


Fig. 4 - Medidas de consolidação estrutural.

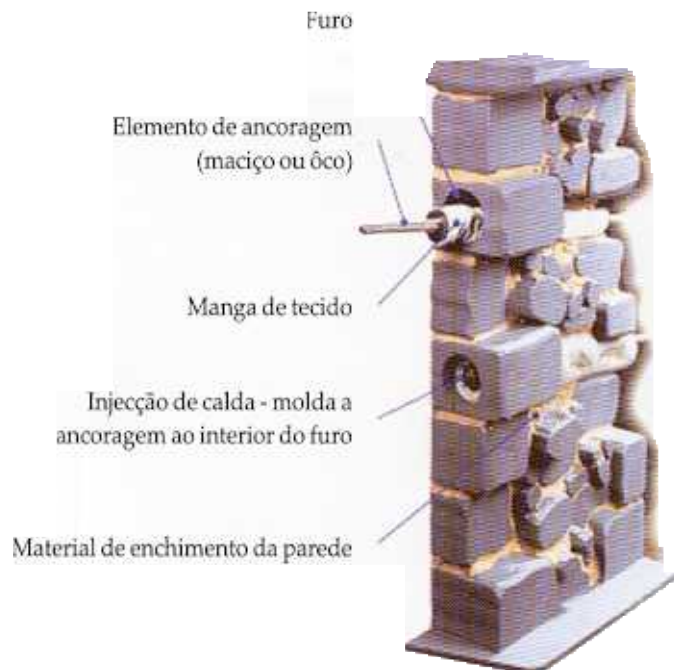


Fig. 5 - Sistema de ancoragem, utilizando mangas injectáveis, empregue na consolidação estrutural do troço de muralha. Tem a vantagem de não contaminar a alvenaria com a calda de injecção.

Evolução Histórica das Leis do Património Arquitectónico



Emília Palma*

A compreensão da nova lei de bases do património publicada em 8 de Setembro de 2001, passa em grande medida pelo conhecimento da história da legislação portuguesa nesta área, que não obstante longa, não é nem rigorosa nem constante, oscilando entre a preservação das "Antiquilhas", e o desejo sempre presente nos homens do poder de deixar a sua marca arquitectónica.

Remonta ao reinado de D. João V o primeiro diploma legal que se refere ao património, o alvará régio de 14 de Agosto de 1721, que surge na sequência da criação pelo mesmo monarca da Academia Real de História a quem incumbiu de "*providenciar sobre a conservação dos monumentos*", de inventariar e conservar "*os monumentos antigos que havia e que podia descobrir no Reino dos tempos em (que) nelle dominaram os Phenices, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arábicos...*" ordenando ainda que "*nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaga ou destrua em todo ou em parte qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos (...)*". O referido alvará régio proibia ainda a demolição de monumentos, estátuas e mármore, protegia as medalhas e moedas antigas e cometia às Câmaras Municipais a obrigação de conservar e preservar as antiguidades já descobertas ou que se viessem a descobrir nas respectivas áreas de jurisdição.

Um novo conceito de "Monumento Histórico" surge no Século XIX através de um projecto de Decreto de 1876 que salientava a necessidade de habilitação dos técnicos para a intervenção

em monumentos. O mesmo diploma pretendia, pela primeira vez, definir o papel do Estado na inventariação, estudo, vigilância, conservação e reparação dos monumentos históricos, mas não terá passado de um projecto de diploma legal, como aconteceu aliás com a primeira relação de monumentos a classificar, levada a cabo pela Real Associação de Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, em 1880, por ordem do então Ministro das Obras Públicas, que não logrou ser alvo de aprovação oficial.

Só no Século XX aparece a preocupação de classificar os imóveis, através do Decreto Orgânico que instituiu o Conselho dos Monumentos Nacionais e que veio estabelecer as "*Bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados Monumentos Nacionais (...)*". Assim, em 27 de Setembro de 1906 foi publicado o decreto que formalizou a primeira classificação de imóveis em Portugal e em 14 de Janeiro de 1907, classificavam-se aqueles que foram considerados os mais simbólicos e carismáticos monumentos.


Obra do primeiro governo da República foi o importante Decreto com força de lei, datado de 26 de Maio de 1911, que veio possibilitar a intervenção financeira do Estado, com o objectivo de impedir a destruição de imóveis classificados de propriedade particular, naqueles casos em que se comprovasse a impossibilidade económica do proprietário em levar a efeito obras necessárias à preservação do edifício.

Até 1985, são aprovados e publicados

diplomas parcelares e essencialmente regulamentares versando indirectamente o património arquitectónico, excepção feita ao Regime Geral das Edificações Urbanas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38382 de 7 de Agosto de 1951, que veio estabelecer zonas de protecção dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público.

Em 1985 surge a primeira lei geral sobre o património, a Lei n.º 13/85 de 6 de Julho que durante décadas não logrou alcançar qualquer utilidade prática, pois nunca foi alvo de regulamentação, pouco ou nada contribuindo para a defesa do património em geral, e do património edificado em particular. Com efeito a legislação reguladora do património apresentava-se, fragmentada por diplomas de mais variada índole e de articulação duvidosa.

Com a publicação da nova Lei n.º 107/2001 pretende-se estabelecer as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, substituindo a anterior lei n.º 13/85 e revogando um grande número de diplomas dispersos e parcelares que muito contribuíam para a supra referida fragmentação.

Esta lei carecerá, por outro lado, como a sua antecessora, de legislação de desenvolvimento tendo sido estabelecido um prazo de um ano no seu art. 111º para a sua aprovação "*de forma unitária e consolidada*", que se espera não permaneça letra morta, a bem do património! 

* Advogada de Alcides Martins & Associados

Museu Nacional Ferroviário

Por Alexandra Antunes e Adrião




O Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento, tem demorado a impor-se ainda que tenha sido criado pela Lei 59/91 de 13 de Agosto. Com avanços e recuos, remonta a 1970 a criação da primeira Comissão Organizadora do Museu, que decidiu a sua instalação no Entroncamento, prevenido que a sua inauguração se desse em 1972.

Só em 1986 a Câmara do Entroncamento aprovou por unanimidade uma moção no sentido de se criar o Museu Nacional Ferroviário, moção levada a votação na Assembleia da República pelo deputado Hermínio Martinho que apresentou a proposta de

Decreto fundamentada pelo deputado Armando Fernandes, ambos do Partido Renovador Democrático (PRD), em três grandes pontos: a situação geográfica do Entroncamento, uma aspiração antiga desta localidade e a necessidade de se defender este valioso património.

Em 1996 o museu ganha um novo impulso com um conjunto de reuniões de grupos de amigos do caminho de ferro e a autarquia do Entroncamento, tendo-se decidido abraçar um novo projecto: a implementação do museu recorrendo à reconstrução e aproveitamento de edifícios entretanto desactivados da exploração ferroviária, e adaptados para fins museológicos.

Com a realização em Fevereiro de 1996 das primeiras jornadas para a defesa e promoção do Museu Nacional Ferroviário, que contaram com a presença do Secretário de Estado dos Transportes, resultou a nomeação de um Grupo de Trabalho Informal (GTI) que deu origem à actual Comissão Executiva

para a Instalação do Museu Nacional Ferroviário (CEI/MNF). Do Plano Director então realizado destacam-se alguns objectivos, tais como: identificação da unidade museológica dentro do espaço mais vasto que é o nó ferroviário do Entroncamento; manter as ligações com a envolvente; criar condições de protecção para o acervo em exposição; armazenamento, recuperação e manutenção da colecção; conferindo inovação e unidade na linguagem das edificações novas necessárias à implementação do programa museológico. 

Museu Nacional Ferroviário Engenheiro Armando Ginestal Machado

Morada: Apartado 190,
2334-909 Entroncamento

Tel: 249 720 480 . Fax: 249 720 487

Horário: de 2.^a a 6.^a feira, das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30

Nota: A sede administrativa do MNF dispõe de biblioteca temática, com serviço de apoio a estudantes e investigadores.



Locomotiva: antes e após trabalhos de recuperação. Trata-se da primeira locomotiva recuperada nas oficinas da EMEF (Empresa de Manutenção do Equipamento Ferroviário).

Locomotiva da série 1301 a 1302

**Construtor: The Withcombe
Locomotive Company**

Ano de fabrico: 1952

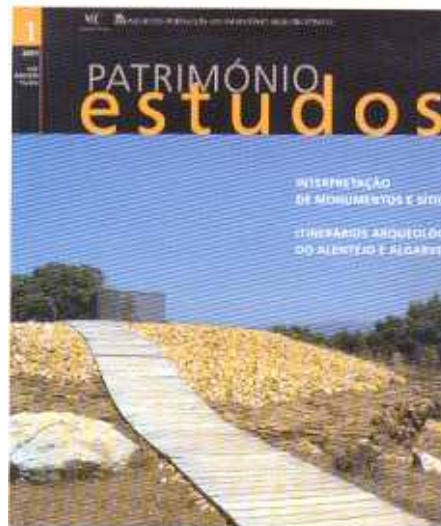
Número de locomotivas: 12

Potência dos motores: 675 CV

IPPAR lança revista

O Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) lançou no passado dia 16 de Outubro, na Livraria Barata da Av. de Roma, em Lisboa, a revista *Estudos/Património*. A apresentação desta nova publicação, que reflecte a intensificação da área dos estudos no âmbito do IPPAR, esteve a cargo de Gonçalo Byrne, Cláudio Torres e Paulo Pereira. A revista reflecte a, cada vez maior, ligação do Instituto com a comunidade científica nacional e internacional, traduzida, em protocolos e colaborações de diversos tipos relativos à pesquisa patrimonial.


A *Estudos/Património* visa dar a conhecer ao público especializado, mas não só, os estudos preparatórios que servem de base às intervenções do IPPAR no património edificado e no património integrado. Ao propor dossiers temáticos, para além de artigos organizados em secções, visa dar conta dos progressos de análise e de apreciação



das diversas intervenções previstas ou em curso, bem como das componentes relacionadas com outras áreas do património como sejam a disciplina urbana e a salvaguarda em geral. Aspectos de carácter normativo e outros de carácter doutrinal são expostos de forma acessível mas aprofundada nos diversos contributos.

O IPPAR tem também vindo a dar conta das intervenções que realiza


através de edições de livros técnicos, conhecidos como Cadernos IPPAR - veja-se na Livraria desta revista (pág. 45) a obra de Luís Aires-Barros recentemente editada. Estas publicações visam transmitir o resultado das intervenções dando informação científica, com um alcance e precisão considerados de vanguarda em termos europeus.

Tudo se articula numa política editorial que abrange, também, a divulgação dos monumentos e sítios ao grande público através dos *Guias-Roteiros* (com mais de vinte e cinco títulos), de livros de ensaio (na coleção *Arte & Património*), de teses ligadas à área da arqueologia (na coleção *Sítios*), dando corpo a uma das linhas centrais da política do IPPAR: a da divulgação do património. 

Nota: As publicações do IPPAR poderão ser adquiridas nas suas lojas, através da Livraria Virtual (em www.gecorpa.pt) e da Pedra & Cal (pág. 45).

Centro de Informação Urbana de Lisboa - Espaço de informação, debate, exposição e documentação

Os Serviços de Urbanismo do Município lisboeta instalaram no Picoas Plaza, em Lisboa, o Centro de Informação Urbana de Lisboa (CIUL), inaugurado em 23 de Outubro. Este Centro de Informação - com uma área de 1200 m² - é um espaço onde os cidadãos, os promotores e investidores imobiliários e os estudantes encontrarão informação e serviços municipais de urbanismo. Este espaço polivalente dispõe de um auditório destinado à

realização de debates, fóruns, reuniões e apresentações multimédia, com capacidade para 90 pessoas. O CIUL dispõe ainda de uma área polivalente para exposições e de um Centro de Documentação, onde podem ser consultadas obras relacionadas com urbanismo e arquitectura. 

CIUL

Picoas Plaza

Rua Viriato, 13-17, 1050-170 Lisboa

Tel.: +351 213 301 920 Fax: +351 213 301 921

Email: ciul@cm-lisboa.pt


<http://ulisses.cm-lisboa.pt>

2º Encontro Científico do IPCR "Conservação e Restauro - Que Formação para que perfis profissionais?"

O Instituto Português de Conservação e Restauro, promoveu nos dias 25 e 26 de Outubro, na Universidade Lusíada, em Lisboa, o Encontro "Conservação e Restauro: Que Formação para que Perfis Profissionais?", que reuniu cerca de 60 especialistas nacionais e internacionais desta área. Estiveram presentes representantes do Ministério da Educação, do Instituto Politécnico de Tomar, da Universidade Nova de Lisboa, da Faculdade de Letras de Lisboa e de Escolas Profissionais de todo o país. Foram discutidos: a história da formação, as realidades do



ensino superior e a proliferação de acções de formação profissional na área da conservação e restauro. Do debate realizado conclui-se existir uma grande inquietação relativamente ao papel que em Conservação e Restauro devem desempenhar as diversas categorias profissionais. Essa inquietação resulta, em grande medida, da ausência de pensamento doutrinário que enforme e unifique as for-

mações e as prestações profissionais, que agilize um debate sobre estas questões, evitando os discursos paralelos que, por falta de uma linguagem comum, inviabilizam a convergência indispensável ao progresso. Entre outros pontos focados, o debate mostrou que: "*O Conservador-Restaurador (designação consagrada em lei) deve ser entendido como o profissional que detém a formação científica e técnica e as responsabilidades exigidas ao especialista em conservação para que possa desempenhar um papel inter-pares nas equipas pluridisciplinares que têm a seu cargo o estudo, a gestão e a intervenção no património móvel e imóvel.*" 



III Seminário Internacional sobre Construções Históricas

Organizado por Paulo B. Lourenço (Universidade do Minho) e Pere Roca (Universitat Politècnica de Catalunya, Espanha), este Seminário Internacional decorreu no Grande Auditório da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, em Guimarães, nos dias 7, 8 e 9 de Novembro. Na manhã de Sábado, 10 de Novembro, tiveram lugar as Visitas Técnicas.

Este 3º Seminário Internacional foi da maior importância para a comunidade técnica e científica nacional, tendo recebido um interesse inesperado da comunidade, contou com cerca de 500 participantes, dos quais mais de 150 eram estrangeiros.

A conservação, reforço e restauro do património arquitectónico requerem

uma abordagem multidisciplinar pelo que o evento representou uma oportunidade única de juntar diferentes especialistas nacionais e internacionais que trabalham na área do património arquitectónico. O seminário contribuiu para que os agentes envolvidos na conservação do património arquitectónico, incluindo as instituições governamentais, as universidades, os centros de investigação, os profissionais e as empresas de construção, tivessem acesso à experiência de especialistas na área. O conjunto das conferências abarcou os aspectos principais relativos à metodologia geral de intervenção e às técnicas de análise experimental e numérica, com o objectivo de oferecer uma visão ampla e actualizada dos recursos actualmente disponíveis para o estudo rigo-

roso e científico do estado das construções antigas.

As ideias chave do Seminário foram discutidas em dois painéis dedicados aos temas "Contribuição do conhecimento da história para a segurança das construções antigas" e "Os limites das intervenções: Conclusões do Seminário".

A conservação, restauro, reabilitação e manutenção do Património Arquitectónico em Portugal têm recebido crescente interesse pela comunidade técnica, pelas autarquias, pelo Estado

e pelos seus proprietários. Os avanços nesta área do conhecimento e o acesso à experiência de especialistas nacionais e internacionais são essenciais pelo que a contribuição do seminário para o conhecimento e difusão das técnicas modernas de análise e reparação é muito útil.

Depois de diversos erros cometidos no passado, verificam-se agora inúmeras intervenções exemplares no Património Arquitectónico, em paralelo com intervenções muito deficien-

tes. O objectivo a perseguir, inclusivamente, no caso dos fundos significativos disponibilizados pelo POC (Plano Operacional da Cultura), é impedir as intervenções apressadas e que danificam o próprio património.

Pedra & Cal

Nota: O volume de actas do III Seminário Internacional sobre Construções Históricas poderá ser adquirido através da Livraria Virtual (em www.gecorpa.pt) e da Pedra & Cal (pág. 45).



CARPINTARIA E MARCENARIA TRADICIONAL

Executamos:

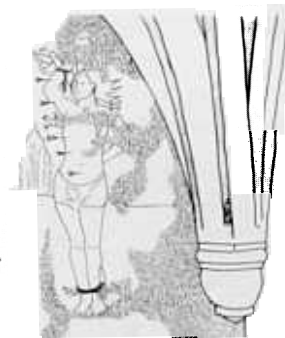
- ▶ Reabilitação de estruturas de madeira
- ▶ Portas; Portadas; Janelas; Caixilharias
- ▶ Outros

MDL - Madeiras e Derivados Lda.

Rua Quinta do Mocho, 2 - Padelras 2900-283 Setúbal . PORTUGAL
Tel: 265 540 290 (10 linhas) Fax: 265 540 292 Telemóvel: 91 994 22 95



MURAL DA HISTÓRIA



RESTAURO DE PINTURA MURAL, LDA

Conservação e restauro de pintura e revestimentos murais, acções de formação, inventariação, estudos técnicos e suas publicações.

Rua Serpa Pinto, 5 - 1.º Esq. T - 1200-442 Lisboa
Tel: 21.347 00 32 Fax: 21.347 59 18

Conservation Plans and Recording for Repair

Local: The Edward Foundation West Dean College.

Data: 5 a 8 de Fevereiro de 2002.

A course for those responsible for managing repair projects in historic buildings, providing insight into the conservation plan process and practice in compiling plans at an appropriate level. Various techniques of building investigation and recording are explored. A range of survey equipment will be available to try out, demonstrating how the knowledge obtained can be used to feed into the conservation plan, inform the repair, and be logged for the record. This training is aimed at all conservation professionals, not only those dealing with top-grade buildings.

Organização: West Dean College and English Heritage.

Informações: The Edward James Foundation, West Dean, Chichester, PO180QZ, England.

Tel: +44 01243 811 301 . Fax: +44 01243 811 342

e-mail: isabel.thurston@westdean.org.uk

URL: www.westdean.org.uk



IV Reunión Nacional de Geo-Arqueología

Local: Almazán, Soria, Espanha.

Data: 16 a 18 de Setembro de 2002.

O evento inclui sessões científicas e um conjunto de visitas guiadas.

Organização e Informações: Alfredo Pérez-Gonzalez, Univ. Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Geológicas, Departamento de Geodinámica, 2840 Madrid.

Tel: +34 91 3944890

e-mail: alfredog@eucmax.sim.ucm.es

URL: <http://tierra.rediris.es/aequal>

Industrial structures: conservation, change of use and refurbishment: Conference

Local: Braunschweig, Alemanha.

Data: 6 a 9 de Março de 2002.

Organização e Informações:

Monika Denzel, Reisebüro Schmidt, Stadmarkt 17, D-38300 Wolfenbüttel, Germany

Tel: +49 53 31884251 . Fax: +49 53 31 88 4111

e-mail: ib2002@der-schmidt.de

URL: www.ib2002.tu-bs.de

ICWCT 2002 - The International Course on Wood Conservation Technology

Local: Oslo, Noruega.

Data: 21 de Maio a 28 de Junho de 2002.

Organização: ICCROM / UNESCO.

Informações: Tone Marie Olstad, NIKU, P.b. 736 Sentrum, NO-0105

Oslo, Norway

Tel: +47 23 355026

Fax: +47 23 355001

e-mail: tone.olstad@nikuosl.ninaniku.no



Encontro "BAIXA POMBALINA: QUE FUTURO?"

BAIXA

Decorreu no passado dia 29 de Novembro, no Centro de Conferências do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o Encontro "BAIXA POMBALINA: QUE FUTURO?". Organizado pelo GECORPA, em colaboração com a SPPC e a Comissão Nacional do ICOMOS, este encontro, que pretendia fazer o "Balanço dos últimos anos e programa de acção para os próximos", contou com a presença de cerca de 250 participantes. O encontro desenvolveu-se por três painéis de prestigiados oradores, a que se seguiu um debate que contou com a intervenção de vários ilustres participantes. O volume de actas do encontro está em preparação, prevendo-se que esteja disponível muito em breve.

CONCLUSÕES E MOÇÃO

Conclusões

I. Apesar da ausência de uma conservação adequada e das múltiplas alterações avulsas e pouco criteriosas, a Baixa Pombalina constitui um conjunto de notável interesse histórico, arqueológico, arquitectónico, urba-

nístico, social, científico e técnico, que fazem dela um património cultural cujo valor transcende quer a nossa cidade e o nosso país, quer a nossa geração. Justifica-se, portanto, a sua salvaguarda.

II. As acções consignadas no Plano Director Municipal de 1994 e reforçadas na reunião que teve lugar na Fundação Gulbenkian, em 24 de Outubro desse mesmo ano, não tiveram concretização prática eficaz ao longo dos passados sete anos, não permitindo assegurar a adequada salvaguarda da Baixa enquanto património arquitectónico.

Para conseguir esse objectivo, propõem-se as seguintes medidas:

A. Criar uma entidade para a gestão da salvaguarda, reabilitação e revitalização urbana da Baixa Pombalina, com suficiente autonomia, que superintenda e coordene todas as intervenções de planeamento e a sua implementação, procedendo à gestão dos processos de licenciamento, orientando as opções estruturais e construtivas de que se devem revestir os projectos particulares na Baixa, acabando-se assim com as intervenções avulsas e descoordenadas que actualmente se fazem. Nessa entidade, coordenada pelo município, devem existir órgãos onde tenham assento as diversas instituições estatais e organizações de cidadãos ou de interesses directamente relacionados com a Baixa;



B. Elaborar o "Programa de Reabilitação" mencionado na referida reunião de 24 de Outubro de 1994 e o seu "regulamento municipal" ou "plano de pormenor". Esta pode ser a primeira incumbência da entidade acima referida. O "Programa" deve conter um "plano", em que as orientações estabelecidas sejam calendarizadas. Deve-se, também, incluir nesse "programa de salvaguarda" a reabilitação sísmica dos edifícios da Baixa por forma a dotá-los de condições estruturais para suportar um sismo intenso;

C. Flexibilizar a noção (PDM) de "Área histórica terciária", não eliminando o terciário mas retirando à Baixa o "predomínio do uso terciário" e favorecendo o incremento das capacidades residenciais. Anular o estabelecimento de percentagens rígidas, estabelecendo que o uso terciário seja condicionado às possibilidades oferecidas pelas actuais características estruturais e construtivas, definidas num estudo global de levantamento e caracterização do edificado;

D. Nesse sentido, propõe-se, partindo desses estudos, uma classificação com base no grau de alteração dos diferentes quarteirões, por forma a permitir consignar a usos mais flexíveis (terciários, residência temporária, etc.), os quarteirões já muito alterados, e salvaguardar, reservando para uso habitacional, os quarteirões ainda pouco alterados;

E. Retomar, na generalidade, o preconizado na reunião que teve lugar na Fundação Gulbenkian em Outubro de 1994, estabelecendo programas específicos, calendarizados, para as diferentes acções e tarefas anunciadas;



F. Candidatar a Baixa a Património Mundial da UNESCO, como estratégia de mobilização e de valorização, que garanta uma mais efectiva salvaguarda e revitalização deste património;

G. Entretanto, e com carácter de urgência, reprimir energicamente as situações de falta de conservação dos imóveis, que chega, nalguns casos, à deliberada aceleração da sua deterioração, e impedir a realização de alterações avulsas e sem critério, em particular as que tenham implicações estruturais.

III. Os promotores congratulam-se com a forte presença da Câmara Municipal de Lisboa durante o encontro e as manifestações de apoio a este processo por parte dos principais responsáveis políticos (Presidente e Vice-Presidente da Câmara, Vereadores da Cultura e da Reabilitação Urbana), as quais constituem a melhor indicação de que os problemas da Baixa Pombalina poderão começar a ter adequada resposta com a brevidade que se impõe.

Moção

"Os cidadãos reunidos no encontro "Baixa Pombalina: Que Futuro?", realizado no LNEC em 29 de Novembro de 2001, numa iniciativa do GECORPA e promovido conjuntamente por esta entidade, pela SPPC e pela Comissão Portuguesa do ICOMOS, entendem que devem ser criadas, através de uma colaboração entre todas as entidades competentes e sob orientação da Câmara Municipal de Lisboa, as condições para que se inicie, com a maior brevidade possível, o processo de candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial da UNESCO, como estratégia de mobilização e de valorização, que garanta a eficaz salvaguarda e revitalização deste património."

Nota: O encontro contou com a presença de cerca de 250 participantes inscritos e convidados, sendo esta moção aprovada pela totalidade dos presentes, com três abstenções.

A comissão executiva
 Vítor Córias e Silva
 Ana Paula Amendoeira
 Teresa Campos Coelho
 José Aguiar

NOVIDADE



Historical Constructions 2001

Coordenação e Edição: Paulo B. Lourenço e Pere Roca
Guimarães, 2001, pp.1200, edição integralmente em inglês.

Reúnem-se as comunicações do 3º Seminário sobre Construções Históricas, realizado em Guimarães, em Novembro de 2001. Inclui 10 comunicações de oradores convidados, com o estado de conhecimento actual, e mais de 100 comunicações nacionais e internacionais sobre os temas: Aspectos Históricos e Metodologia Geral; Materiais de Construção; Técnicas de Inspeção e de Experimentação; Técnicas de Análise; Estruturas Históricas de Madeira; Comportamento e Reforço Sísmico; Técnicas de Consolidação e Reforço; Casos de Estudo. A obra é dirigida a engenheiros, arquitectos e outros técnicos interessados na conservação, reabilitação e restauro de construções antigas, representando uma contribuição valiosa para a resolução dos desafios associados às intervenções no património construído.

Preço: 70 euros - Código: PL.A.1

NOVIDADE



As rochas dos monumentos portugueses. Tipologias e patologias.

Luís Aires-Barros
Lisboa, IPPAR, 2001, 2 vol., pp. 535.

A obra organiza-se em dois volumes. No primeiro é feita uma abordagem dos princípios da mineralogia e da petrografia. É estudada a alteração das rochas sistematizando-se as suas patologias - de forma profusamente ilustrada com exemplos de monumentos portugueses. São abordadas as técnicas físico-químicas de análise. No segundo volume são apresentados alguns "estudos de casos" que tiveram lugar no LAMPIST (Laboratório de Mineralogia e petrologia do Instituto Superior Técnico), tais como o Mosteiro dos Jerónimos, a Basílica da Estrela, a Torre de Belém, entre muitos outros.

Preço: 52.37 euros - Código: IP.E.5



Património: Balanço e Perspectivas (2000-2006)

Coordenação: Luís Ferreira Calado, Paulo Pereira e Joaquim Passos Leite
Lisboa, IPPAR, 2000, pp. 331.

Na sequência de um outro estudo previamente realizado pelo IPPAR, em 1997, intitulado, "Intervenções no Património. 1995-2000. Nova Política", surge este novo estudo que pretende fazer o balanço dos trabalhos realizados entre 1996 e 1999, dando conta das metas atingidas. Também nos é apresentado o plano de trabalhos para o período compreendido entre 2000 e 2006, conjugando o que se fez, como se fez e por que se fez com as perspectivas para os próximos anos.

Preço: 12.47 euros - Código: IP.E.1



Paredes de Edifícios Antigos em Portugal

Fernando F. S. Pinho
Lisboa, LNEC, 2000, pp. 317.

A presente publicação, dividida em quatro partes, aborda as técnicas construtivas da generalidade das paredes de edifícios antigos de habitação em Portugal, a partir de meados do século XVIII, tendo-se, para o efeito, procedido a pesquisa bibliográfica e à visita a diversos edifícios com a correspondente recolha de imagens. Tendo em vista o enquadramento legal do tema, referem-se alguns dos principais diplomas regulamentares aplicáveis à actividade construtiva em Portugal desde o final do século XIX. O estudo é finalizado com a análise de 340 processos de obras consultados em três câmaras municipais.

Preço: 47.39 euros - Código: L.N.E.5



Os Dez Livros de Arquitectura de Vitruvius

Tradução de Helena Rua
Edição IST, 1993, 354 pp.

Trata-se da primeira versão portuguesa desta obra de referência, baseada na 2ª edição de *Os Dez Livros de Arquitectura de Vitruvius* de Perralt, de 1684, corrigida e aumentada, apoiada por 68 gravuras e 87 desenhos, descritivos da tecnologia do mais belo estilo romano. Marco Vitruvius Polião, arquitecto romano presumivelmente do século I a.C., para além de se dedicar à construção, procurou registar por escrito, ao longo da sua vida, os preceitos desta arte, compilando-os, já perto do fim da sua vida, nestes 10 livros, marco incontornável da arquitectura e da história da arte ocidentais.

Preço: 34.91 euros - Código: IST.E.1



Mapa de Arquitectura do Porto

Lisboa, ARGUMENTUM, 2001, 25x10 cm.
Edição trilingue Português/ Inglês/ Espanhol.

Mapa desdobrável contendo 136 obras (edifícios, conjuntos, sítios) e 10 espaços urbanos localizados sobre a planta geral da cidade, ou sobre enfoque do centro histórico, com uma numeração cronológica e um código de cor indicador da época de construção, apoiada por 50 fotografias originais.

Na lista das obras referem-se os autores, a data de projecto e de construção, a sua morada, transformações posteriores e uso actual.

Preço: 5.99 euros - Código: ARM.1



O Porto Visto do Céu

Lisboa, ARGUMENTUM, 2000, pp. 130.
Edição em Português e edição em Inglês.

30 imagens antigas e 130 actuais, proporcionam uma viagem aérea emocionante, que se inicia com o relembrar das largadas de balões do século passado e avança num percurso de olhares cruzados sobre as 15 freguesias da cidade, oferecendo uma narrativa visual da sua história e identidade.

O Porto Visto do Céu é um testemunho inédito e actual, um documento indispensável para conhecer e admirar a Cidade Invicta.

Preço: 41.90 euros - Código: ARE.1



Diálogos da Edificação - Estudo de Técnicas Tradicionais de Construção

Gabriela de Barbosa Teixeira, Margarida da Cunha Belém

Edição CRAT, 1998, 205 pp.

Manual de consulta sobre as mais significativas técnicas tradicionais de construção detectadas no espaço continental português. Essencialmente prático, apresenta uma primeira parte em que são abordados aspectos ligados aos materiais tradicionais, uma segunda parte que sistematiza as técnicas sob a forma de fichas e uma terceira parte em que se reúnem opiniões de técnicos ligados a esta área.

Preço: 32.42 euros - Código: CRAT.E.1



Nº 0, Out/Nov/Dez 1998

Tema de capa: Prática da Conservação e Restauro do Património
Património construído: as mudanças necessárias, por Elísio Summavielle
Reportagem: Fundação Cultursintra
Reportagem: Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra
Entrevista: Edite Estrela, Presidente da Câmara Municipal de Sintra
Reportagem: Recuperação do Centro Histórico do Porto
Entrevista: Vítor Cóias e Silva, Presidente do GECoRPA
Opinião: A formação superior e a conservação de edifícios antigos, por Paulo Lourenço
Opinião: Trabalhos de recuperação da Igreja de S. Lourenço de Lisboa, por Teresa Campos Coelho
Opinião: Castelos de pedra e cal, por Francisco Sousa Lobo
Opinião: Algumas reflexões sobre as relações entre a investigação, o projecto e a intervenção no património arquitectónico, por Maria Manuela Barata
Divulgação: Quinagre, OZ e Monumenta
Preço: 3.74 euros
Código: P&C.0 - esgotado



Nº1, Jan/Fev/Mar 1999

Tema de capa: Centros Históricos - Recuperar e Revitalizar
Reportagem: Escola de Artes e Ofícios Tradicionais de Serpa
Reportagem: Porto - Igreja de S. Lourenço ou dos Grilos
Reportagem: Santarém - Genius Loci, O Espírito do Lugar
Opinião: Havia uma casa setecentista no Quarteirão do Largo do Colégio, por Jorge Lira
Entrevista: António Magalhães, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães
Tecnologia: Análise de alguma documentação sobre Lisboa pós-terramoto, por Vítor Cóias e Silva
Opinião: Cercas urbanas, por Francisco Sousa Lobo
Opinião: A reabilitação nos Estados Unidos: uma abordagem de casos de estudo (parte I), por Nuno Gil
Preço: 3.74 euros
Código: P&C.1 - esgotado



Nº2, Abr/Mai/Jun 1999

Tema de capa: Reabilitação Urbana. Lisboa é um laboratório.
Reportagem: Escola Nacional de Artes e Ofícios no Mosteiro da Batalha
Entrevista: Presidente do IPPAR, "O Património deve estar no Ministério da Cultura"
Reportagem: Programa de Reabilitação Urbana revitaliza núcleo Histórico de Almada
Caso de Estudo: Quarteirão no Castelo: Beco e Rua do Recolhimento, por João Appleton
Tecnologia: O parque habitacional antigo e os sismos, por Carlos Sousa Oliveira
Tema de Capa: Reabilitação Urbana, Lisboa é um Laboratório - entrevista com António Abreu, vereador da Câmara Municipal de Lisboa
Tema de Capa: Divisão de Apoio Técnico da C.M.L., A salvaguarda da identidade cultural
Tecnologia: Análise de alguma documentação sobre Lisboa pós-terramoto, por Vítor Cóias e Silva
Perspectivas: Património em perigo, por Nuno Teotónio Pereira
Preço: 3.74 euros
Código: P&C.2 - esgotado



Nº3, Jul/Ago/Set 1999

Tema de capa: Património e Economia
Reportagem: Escola Profissional Bento de Jesus Caraça - Delegação de Mértola
Actualidade: Criada categoria específica para a área do Património Arquitectónico
Divulgação: Forum UNESCO
Opinião: Mecenato Cultural em Portugal, por Anabela Carvalho e Isabel Cordeiro
Actualidade: Fundo de Turismo promoveu debate sobre Património e Turismo
Opinião: Cinco ideias simples, Enunciadas pelo Príncipe Consorte da Dinamarca, Presidente da Europa Nostra
Opinião: Custos e proveitos da autenticidade, por Vítor Cóias e Silva
Caso de Estudo: O Mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa, por Jorge Rodrigues
Tema de Capa: O "mistério" da reabilitação em Portugal, por António Manzoni de Sequeira
Opinião: Desmentido ao artigo "Havia uma casa setecentista no quarteirão do Largo do Colégio", por Rui Ramos
Perspectivas: Património em perigo, por Nuno Teotónio Pereira
Preço: 3.74 euros
Código: P&C.3



Nº4, Out/Nov/Dez 1999

Tema de capa: Património Arquitectónico Industrial
Reportagem: Escola Profissional de Arqueologia do Freixo
Divulgação: Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos
Entrevista: Jorge Custódio
Opinião: Museu de Electricidade, por V. Abelaria Gomes
Caso de Estudo: Antiga Fábrica da Companhia de Moagens Harmonia, por João Rapagão
Opinião: Contribuição para um melhor conhecimento da história do fabrico do tijolo, por João Mascarenhas Mateus
Reportagem: Moinho de Maré de Corroios
Caso de Estudo: Reconversão de um armazém portuário em Santa Apolónia, por João Appleton
Opinião: A conservação do Património Museológico, por Raquel Henriques da Silva
Perspectivas: Património em perigo, por Nuno Teotónio Pereira
Preço: 4.48 euros
Código: P&C.4



Nº5, Jan/Fev/Mar 2000

Tema de capa: Qualificação Profissional e Património Arquitectónico
Reportagem: Instituto Politécnico de Tomar
Entrevista: Virgolino Ferreira Jorge
Divulgação: Especialização em Conservação do Património Arquitectónico para engenheiros civis
Opinião: Qualificação e formação profissional em Conservação: alguns Paradoxos, por José Aguiar
Opinião: Sistema de qualificação profissional da O. E., por F. Sousa Soares
Reportagem: Qualificação profissional e património arquitectónico - Portugal recupera atraso
Caso de Estudo: Curso de Especialização em Conservação de Pintura Mural, por Irene Frazão
Opinião: A propósito do encontro GECoRPA "Arquitectura e Engenharia Civil: Qualificação para a reabilitação" - uma reflexão, por Walter Rossa
Tecnologia: Reboco de reabilitação RHP, por José António Alvarez
Perspectivas: As casas da Picanreira, por Nuno Teotónio Pereira
Preço: 4.48 euros
Código: P&C.5 - esgotado



Nº6, Abr/Mai/Jun 2000

Tema de capa: Arqueologia Urbana
Reportagem: As obras da Praça, o caso do Convento de Cristo e da Casa do Infante - Resenha histórica da Praça Luís de Camões, por Mulize Ferreira
Entrevista: Cláudio Torres
Arqueologia Urbana: Condicionais e perspectivas, por Clementino Amaro
Divulgação: Centro de Arqueologia de Almada
E-Pedra & Cal: Sites sobre qualificação profissional e património arquitectónico, por Nuno Gil
Projectos e Estaleiros: Quinagre e Ocre no Convento de Cristo e Edicon na Igreja de São Vicente de Fora
Tecnologia: Novas soluções de ancoragem de alvenarias, por Manuel Brazão Farinha e Rui Pereira Araújo
Reportagem: Instituto de Artes e Ofícios da FRESS
As Leis do Património: O novo regime de acesso à actividade de ECP e ICC, por Miguel Resende
Perspectivas: O que fazer com os Conventos?, por Nuno Teotónio Pereira
Preço: 4.48 euros
Código: P&C.6



Nº7, Jul/Ago/Set 2000

Tema de capa: Património Cultural e Natural
Reportagem: Pedreiras: as duas faces da mesma moeda
Reportagem: Arraial Ferreira Neto: História de um atentado patrimonial
Entrevista: Gonçalo Ribeiro Telles
Documentos: CIB - Agenda 21 sobre construção sustentável
Opinião: Tecnologia do betão para o desenvolvimento sustentável, por Kumar Mehta
Divulgação: Liga para a protecção da Natureza
E-Pedra & Cal: Novos sites sobre o património, por Nuno Gil
Uma Figura do Passado: Sebastião da Gama, por José Alberto Ribeiro
Projectos e Estaleiros: Ludgero de Castro e Cruzeta
Tecnologia: Rebocar e refazer juntas, por Tody Cezar
Escolas: Condeixa: um curso para o património
Perspectivas: Por uma Política coerente de reabilitação urbana, por Nuno Teotónio Pereira
Preço: 4.48 euros
Código: P&C.7

Grupo I

Projecto, fiscalização e consultoria

FN - Frederico Nascimento, Ld.ªRua Quinta do Mocho, 2 - Padeira
2910-283 Setúbal
Tel.: 265 54 02 70
Fax: 265 54 02 79E-mail: fnascimento@mail.telepac.pt
Responsável: Arq.ª Frederico Nascimento**ETECLDA - Escritório Técnico de Engenharia Civil, Ld.ª**Rua Júlio Dinis, 911 - 6.ª E
4050-327 Porto
Tel.: 22 600 71 07
Fax: 22 609 55 53E-mail: bb@etec.pt
Responsável: Eng.ª Manuel Batista Barros**MC Arquitectos, Ld.ª**Praça Príncipe Real, 25 - 3.ª
1250-184 Lisboa
Tel.: 21 321 99 50
Fax: 21 346 79 95E-mail: mcarq@mail.telepac.pt
Responsável: Arq.ª Gastão da Cunha Ferreira**Consulmar Açores - Projectistas e Consultores, Ld.ª**Avenida Infante D. Henrique, bloco 1-5.ª E
9500-150 Ponta Delgada
Tel.: 296 62 95 90
Fax: 296 62 96 68E-mail: consulmarazo@mail.telepac.pt
Responsável: Arq.ª Jorge Kol de Carvalho**Enge-Consult - Consultores de Engenharia Civil, Ld.ª**Avenida de Berra, 5 - 2.ª
1050-036 Lisboa
Tel.: 21 799 99 10
Fax: 21 799 99 17E-mail: engecon@esoterica.pt
Responsável: Dr.ª Maria Luisa Ribeiro Gomes**J.L. Cândia Martins - Projectos de Estruturas, Ld.ª**Rua General Ferreira Martins, 10 - 3.ª A
1495-137 Algués
Tel.: 21 412 30 10
Fax: 21 412 30 11E-mail: admin@jcm.pt
Responsável: Eng.ª Luísa Cândia
Actividade: Projectos de edifícios e pontes e reabilitação estrutural.**José Lamas e Associados, Estudos de Planeamento e Arquitectura, Ld.ª**Largo de Santos, 1-1.º Dto.
1200-808 Lisboa
Tel.: 21 396 84 84
Fax: 21 397 49 46E-mail: joselamas@mail.telepac.pt
Responsável: Arq.ª José Lamas
Actividade: Projecto de arquitectura e engenharia e estudos de planeamento.**Humberto Vieira Arquitecto, Ld.ª**Rua Joaquim Kopke, 113, r/c Dto.
4200-346 Porto
Tel.: 22 502 11 05
Fax: 22 508 90 22
E-mail: humbertovieira.arc@clix.pt
Responsável: Arq.ª Humberto Vieira**LEB - Consultoria em Betões e Estruturas, Ld.ª**Rotunda das Palmeiras
Edifício Cascais Office, 1.º piso, sala 1
2645-091 Alcabideche
Tel.: 21 033 11 25/6
Fax: 21 033 11 27E-mail: thomazripper@mail.telepac.pt
Responsável: Eng.ª Thomaz Ripper**João Castro - Arquitecto**Rua Godinho de Faria, 165 - 2.ª E/T
4465 S. Mamede de Infesta
Tel.: 22 902 82 55
Fax: 22 902 82 55

Responsável: Arq.ª João Castro

Grupo II

Levantamentos, inspeções e ensaios

OZ - Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade de Estruturas e Fundações, Ld.ªRua Pedro Nunes, 45 - 1.ª E
1050-170 Lisboa
Tel.: 21 356 33 71
Fax: 21 315 35 50E-mail: oz-diag@mail.telepac.pt
Site: www.oz-diagnostico.pt
Responsável: Eng.ª Carlos Garrido Mesquita**ERA - Arqueologia - Conservação e Gestão do Património, Ld.ª**Calçada da Picheleira, 46-E
1900-372 Lisboa
Tel.: 21 846 11 75
Fax: 21 846 13 42
Responsáveis: Dr. Pedro Simões Braga,
Dr. Miguel Lago

Grupo III

Execução dos trabalhos
Empreiteiros e Subempreiteiros**STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.**Rua Marquês de Fronteira, nº 8 - 3.ª D
1070-296 Lisboa
Tel.: 21 371 25 80
Fax: 21 385 49 80E-mail: stap@mail.telepac.pt
Site: www.stap.pt
Responsável: Eng.ª José Paulo Costa**Edicon - Construções Cívicas e Obras Públicas, Ld.ª**Rua do Poder Local, 2 s./1.º D
1675-156 Pontinha
Tel.: 21 478 24 17
Fax: 21 478 24 68

Responsável: Sr. Carlos Batista

Quinagre - Estudos e Construções, Ld.ªRua Hermano Neves, 22 - 4.ª A
1600-477 Lisboa
Tel.: 21 756 75 70
Fax: 21 756 75 79
E-mail: quinagre@quinagre.pt
Responsável: Eng.ª Joaquim Quintas**CVP - Construtora de Vila Franca, Ld.ª**Estrada Nacional nº 10, k/ 137,52
2695 ST.ª Iria de Azóia
Tel.: 21 953 32 30
Fax: 21 953 32 39E-mail: cvfconstrutora@mail.telepac.pt
Responsável: Sr. Alvaro Reis Pereira**L.N. Ribeiro Construções, Ld.ª**Rua Paulo Renato, 3 r/c/D
2795-147 Linda-a-Velha
Tel.: 21 415 35 20
Fax: 21 415 35 28

Responsável: Eng.ª Luís Ribeiro

José Neto & Filhos, Ld.ªRua Padre António Vieira, 64
Apartado 31
8100-909 Loulé
Tel.: 289 41 56 44
Fax: 289 41 58 45
E-mail: Netos@mail.telepac.pt
Responsável: Eng.ª José Carlos Neto**Monumenta - Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Ld.ª**Rua Pedro Nunes, 27 - 1.º D
1050-170 Lisboa
Tel.: 21 359 33 61
Fax: 21 315 36 39E-mail: info@monumenta.pt
Responsável: Eng.ª João Varandas**Lourenço, Simões & Reis, Ld.ª**Rua Luciano Cordeiro, 49 - 1.ª
1169-135 Lisboa
Tel.: 21 354 21 37
Fax: 21 357 00 01E-mail: lsrlisboa@mail.telepac.pt
Responsável: Eng. Carlos Manuel Granate**Brera - Sociedade de Construções e Representações, Ld.ª**Rua Miguel Torga, 2C - escritório 4.6 - Alfragide
2720-292 Amadora
Tel.: 21 472 54 70
Fax: 21 472 54 71E-mail: info@brera.pt
Responsáveis: Eng.ª Amílcar Beringuilho e
Sr. Paulo Raimundo**Mural da História-Restauro de Pintura Mural, Ld.ª**Rua Serpa Pinto, 5 - 1.ª E/T
1200-442 Lisboa
Tel.: 21 347 00 32
Fax: 21 347 59 18E-mail: muralh@esoterica.pt
Responsável: Sr. José Artur Pestana

Araldo Moisés - Dourador, Pinturas e Decorações, Ld.ª
Rua Borges Carneiro, 42 c/v
1200-016 Lisboa
Tel.: 21 983 48 93
Fax: 21 397 90 49
Responsável: Sr. Rui Moisés

Poliobra - Construções Cívicas, Ld.ª
Rua Afonso de Albuquerque, 8 B
Serra do Casal de Cambra
2605-192 Belas
Tel.: 21 980 97 70
Fax: 21 980 97 29
E-mail: poliobra@mail.telepac.pt
Responsável: Eng.ª Vítor António Farinha

Junqueira 220 - Sociedade de Conservação, Restauro e Arte, Ld.ª
Rua da Junqueira, 220
1300-346 Lisboa
Tel.: 21 363 91 63
Fax: 21 363 38 03
Responsável: Sr. Luís Figueira

A. Ludgero Castro, Ld.ª
Rua Recarei, 860
4465-727 Leça do Balio
Tel.: 22 951 11 16
Fax: 22 951 75 17
E-mail: alcporto@mail.telepac.pt
Responsável: Dr. Paulo Ludgero Castro

Listorres - Sociedade de Construção Civil e Comércio, Ld.ª
Rua Brigadeiro Lino Dias Valente, 8
2330-103 Entroncamento
Tel.: 249 72 00 30
Fax: 249 72 00 39
E-mail: mopc96179@mail.telepac.pt
Responsável: Prof. Vasco Duarte

Certar - Sociedade de Construções, S.A.
Rua Filipe Folque, 7-1º D
1050-110 Lisboa
Tel.: 21 352 28 49
Fax: 21 352 31 77
E-mail: certar@mail.telepac.pt
Responsável: Eng.ª Fernando Llach Correia

MIU - Gabinete Técnico de Engenharia, Ld.ª
Rua do Vale de Santo António, 46 - 2º Dto
1170-381 Lisboa
Tel.: 21 816 16 20
Fax: 21 816 16 29
E-mail: miu.lda@mail.telepac.pt
Responsável: Eng.ª Artur Correia da Silva

Ocre - Sociedade Comercial de Arte e Restauro, Ld.ª
Travessa da Pereira, 16 A, letra F-C
1170-313 Lisboa
Tel.: 21 888 11 08
Fax: 21 888 10 87
E-mail: ocre@mail.telepac.pt
Responsável: Dr.ª Nazaré Tojal

Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, Ld.ª
Largo João Penha, 356 - 1º D
4710-245 Braga
Tel.: 253 26 36 14
Fax: 253 61 86 16
E-mail: aoferreira@net.pt
Responsável: Dr.ª Maria José Carrilho

Pintanova - Pinturas na Construção Civil, Ld.ª
Rua Amílcar Cabral, 21 B
1750-018 Lisboa
Tel.: 21 757 28 56
Fax: 21 757 74 72
E-mail: np45se@mail.telepac.pt
Responsável: Sr. Vasco Paulino

Rodrigues, Cardoso & Sousa, S.A.
Portela do Gove - Gove
4640 Baião
Tel.: 255 55 13 15
Fax: 255 55 17 23
E-mail: rcs-construcoes@hotmail.com
Responsável: Sr. Joaquim da Silva Sousa

SO-PR - Sociedade de Construções e Promoção Imobiliárias, Ld.ª
Largo João Vaz, 7 - 1º Dto
1700-251 Lisboa
Tel.: 21 847 28 00
Fax: 21 847 27 37
E-mail: so-pr@mail.telepac.pt
Responsável: Eng.ª António Preto Rebelo

Somafre - Construções, Ld.ª
Rua Manuel Rodrigues da Silva, 7C-esc.6
1600-503 Lisboa
Tel.: 21 711 23 70
Fax: 21 711 23 89
E-mail: mail@somafre.pt
Responsável: Eng.ª Carlos Freire

Cruzeta - Escultura e Cantarias, Restauro, Ld.ª
Rua da República da Bolívia, 97 - 4º Dto
1500-545 Lisboa
Tel.: 21 715 03 70
Fax: 21 982 41 88
E-mail: Cruzeta.restauro@oninet.pt
Responsável: Sr. Eduardo Roberto Morezo
Telemóvel: 96 709 41 30

Gilberto Ferreira "Arte Sacra"
Rua do Amorim, 47
9500-020 Ponta Delgada
Tel.: 296 65 29 49
Fax: 296 65 42 04
E-mail: artesacra@clix.pt
Responsável: Sr. Gilberto Ferreira

Ensul - Empreendimentos Norte Sul, S.A.
Rua do Facho, 26
2829-509 Monte da Caparica
Tel.: 21 255 89 00
Fax: 21 255 89 76
E-mail: ensul@ensul.meci.pt
Responsável: Eng.ª Pedro Araújo

DST - Domingos da Silva Teixeira, S.A.
Lugar de Pitancinhos
Palmeira
4703-767 Braga
Tel.: 253 307 200/1
Telemóvel: 96 59 89 300
Fax: 253 307 210
E-mail: dst@mail.telepac.pt
Responsável: Eng.ª José Teixeira

COPC - Construção Civil, Ld.ª
Rua Cidade de Bafatá, 18
1800-060 Lisboa
Tel.: 21 853 71 22
Fax: 21 853 71 62
E-mail: copc.civil@mail.telepac.pt
Responsável: Eng.ª Carlos Oliveira

AMADOR, Ld.ª
Avenida das Escolas, 29
2520-204 Peniche
Tel.: 262 78 29 64
Fax: 262 78 18 73
E-mail: sede@amadorlda.pt
Site: www.amadorlda.pt
Responsável: Eng.ª Catarina Amador Rego

Sociedade de Construções José Moreira, Ld.ª
Avenida Manuel Alpedrinha, nº 15
Reboleira
2720-352 Amadora
Tel.: 21 499 86 50
Fax: 21 495 97 80
E-mail: scjm@teleweb.pt
Responsável: Eng.ª José Moreira dos Santos

Azularte, Ld.ª
Rua José Santos Pereira, 12 A
1500-380 Lisboa
Tel.: 21 774 10 16
Fax: 21 778 99 73
Responsável: Sr. José Lúcio Antunes

Alvenobra - Sociedade de Construções, Ld.ª
Rua Professor Orlando Ribeiro, 3 - Loja A
1600-796 Lisboa
Tel.: 21 758 47 34
Fax: 21 758 47 38
E-mail: alvenobra@clix.pt
Responsável: Eng.ª Jorge Rodrigues Teixeira

ENGIBUILT - Construções, Ld.ª
Rua Diamantino Freitas Brás, nº 24 r/c Dto.
2615-070 Alverca do Ribatejo
Tel.: 219 582 582
Fax: 219 577 627
E-mail: engibuilt@sapo.pt
Responsáveis: Eng.ª José A. Martins
e Eng. Mário Cunha

GALERIA N.E.T., Ld.ª
Rua Cândido de Oliveira, 13-A, Brandosa
2700 Amadora
Tel.: 21 476 02 67
Fax: 21 476 02 67
Responsável: Sr. Eduardo da Silva Ramos

MELIOBRA - Construção Civil e Obras Públicas, Ld.ª
Rua das Fontainhas, 33-C
2700-391 Amadora
Tel.: 21 475 90 00
Fax: 21 475 30 10
E-mail: coelhp@edifer.pt
Responsável: Sr. José Pedro Pires Coelho

BLEU LINE - Conservação e Restauro de Obras de Arte, Ld.ª
Rua do Alecrim, 111 - 1º Esq
1200-016 Lisboa
Tel.: 21 322 44 61
Fax: 21 322 44 69

E-mail: bleuline@mail.artecom.pt
Responsável: Dr. José Luís Marques Pereira

Optiroc Portugal, Cimentos e Argamassas, Ld.ª
Zona Industrial de Ourém
2435-661 Seiça
Tel: 249 54 01 90
Fax: 249 54 01 99
E-mail: optiroc@optiroc.pt
Responsável: Eng.º Rui Vieira

Tecnocrete - Materiais e Tecnologias de Reabilitação Estrutural, Ld.ª
Rua 25 de Abril, 4 - 2º
2795-580 Carnaxide
Tel.: 21 424 61 60
Fax: 21 416 11 98
Responsável: Eng.º Brazão Farinha

Secil-Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais p/ a Construção, Ld.ª
Apartado 2 - LRA
2405-999 Maceira
Tel.: 244 770 220
Fax: 244 777 997
E-mail: marting.lisboa@mail.telepac.pt
Responsável: Eng.º Carlos Duarte

Para mais informações acerca dos associados GECORPA, e as suas actividades, visite a rubrica "associados" no nosso site em www.gecorpa.pt



CONSULMAR AÇORES
PROJECTISTAS E CONSULTORES, LDA

**PROJECTAMOS A SUA IDEIA
POR UM FUTURO COM HISTÓRIA**

PROJECTOS DE ARQUITECTURA E ENGENHARIA
PLANEAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Av. Infante D. Henrique, Bloco 1 - 5º esq.
9500-150 PONTA DELGADA

Email: consulmarazo@mail.telepac.pt

Fax: 351 296 629 668 Tel: 351 296 629 590

E
EVENTO
ENGENHARIA E
CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.

Quando intervimos...
... acontece **EVENTO**.

rua d. joão III, 920-1º 1675-135 odivelas
tel. (21) 4790829 - fax (21) 4790835

PUB

Edifícios antigos na resposta a novas exigências



Ao longo do século XIX os museus multiplicaram-se na Europa, com recurso a palácios, conventos e outros edifícios geralmente de grandes dimensões que foram perdendo o uso inicial. Mais tarde, num ou noutro caso, e aproveitando também entretanto fábricas desactivadas, começaram a ser construídos edifícios de raiz destinados a funções museológicas, muitas vezes de carácter monumental.



Castelo de Faro, visto da Ria, onde está a instalar-se o Museu Municipal (vide pág. 10 desta revista).

Tratava-se então de salvaguardar, reunir e mostrar ao público obras de arte ou artefactos de interesse histórico, albergando-os em condições melhores ou piores sob a protecção estatal, de entidades locais ou de alguns mecenas de vulto. Entretanto, nos últimos anos, tornaram-se eles próprios por vezes construções emblemáticas e por isso objecto de visita e de chamariz para as cidades onde foram implantados. Mas é no quadro da reconversão e reutilização de estruturas e espaços pré-existentes que o caso nos interessa aqui. Até há poucas décadas, os museus foram quase exclusivamente repositórios e lugares para exposição do a-

cervo, tendo como apoio espaços para reservas, já que nem tudo o que se havia reunido podia ou merecia ser objecto de contemplação. Num ou noutro caso existiam ainda oficinas de restauro, apoiadas por vezes em laboratórios de pesquisa e ensaio. Assistiu-se entretanto a uma evolução de raiz sócio-cultural que tem vindo a ampliar e diversificar as funções atribuídas aos museus, exigindo novos espaços e equipamentos:


locais para exposições temporárias, centros de investigação e documentação, actividades de tipo educativo e de divulgação cultural, etc. - tudo no âmbito das respectivas áreas temáticas. Ao mesmo tempo, modernas tecnologias tornaram possível criar condições para uma melhor

preservação dos acervos. É assim que, para além do adequado e muitas vezes sofisticado equipamento das áreas de exposição e reserva, se tem tornado necessária a criação de espaços adicionais, como auditórios, cafetarias, arquivos, oficinas e laboratórios, gabinetes de trabalho equipados com os meios técnicos hoje disponíveis em termos de segurança, climatização, iluminação, reprodução, audiovisual, etc.

É na resposta a todos estes requisitos que a reutilização de edifícios antigos tem conhecido crescentes exigências, por vezes de difícil compatibilização com as pré-existências e com a necessidade de preservar o

seu carácter. Essa compatibilização, para além de exigir estudos técnicos aturados e adaptados às condições específicas de cada caso, implica um diálogo difícil, mas também estimulante, das construções antigas com os modernos artefactos técnicos e com as expressões espaciais e linguísticas da contemporaneidade.

Por um lado, sucede que o enquadramento das obras patentes ao público, por razões de segurança ou de adequadas condições de preservação e exposição, exige a criação de envólucros que podem atingir as dimensões e o carácter de verdadeiras construções no interior dos espaços pré-existentes, introduzindo aí, de forma muito afirmativa, novas linguagens e tecnologias.

Por outro lado, o enorme arsenal hoje exigido de condutas, aparelhos e artefactos tecnológicos, necessários para o correcto funcionamento das instalações, já não pode (nem deve) ser embebido no interior das paredes ou escondido por detrás de cornijas e platibandas - intrometendo-se vigorosamente na ordem espacial pré-existente. É por isso que a reconversão de edifícios antigos em espaços museológicos ultrapassa hoje os limites de uma mera adaptação ou reutilização, constituindo, em termos de arquitectura, um interessante desafio. 

* Arquitecto